

**ECONOMIA:
MILAGRE E ANTIMILAGRE*
(1985)**

Prefácio • Introdução • Os antecedentes • 1964: O Brasil e o mundo
O epicentro da crise • Surge o novo Departamento I
O endividamento externo • O novo ciclo breve
O pacto fundamental de poder

* Primeira edição, Jorge Zahar Editor, 1985.

PREFÁCIO

Jorge Zahar pediu-me que escrevesse um pequeno livro bosquejando o desenvolvimento da economia brasileira nos quatro lustros da ditadura militar. Queria um livro simples, sem gráficos e tabelas de difícil compreensão, mas que contasse o fundamental do assunto que me era distribuído.

Esforcei-me por cumprir o prometido. Entretanto, a ciência econômica, como todas as ciências, tem suas categorias, sua sintaxe e seu léxico fundamental. Se nos afastamos muito deles, aquilo que podia ser uma estória curta desdobra-se numa longa e cansada narração, tornando pior a emenda do que o soneto.

Certa vez, meu saudoso amigo Alberto Guerreiro Ramos pediu-me uma série de cinco conferências sobre o desenvolvimento da economia brasileira, para um curso que ele estava organizando, em 1955, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro. “Nada de economês”, disse-me ele. “Quero um curso de economia brasileira para débeis mentais.”

Teria sido difícil ser mais explícito. Os “débeis mentais” a que ele se referia eram, nada menos, o que de mais saudável tinha a sociedade brasileira — inclusive na elite intelectual não especializada em economia e, aí de mim, também boa parte dos especialistas em economia. As conferências foram feitas, Guerreiro Ramos gostou delas, e a Universidade Federal da Bahia, em associação com a Livraria Progresso Editora, transformou-as num livrinho, sob o título desproporcional de *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Muitos anos depois, há quase dez anos, quando a edição estava havia muito esgotada, uma jovem mestra paulista de sociologia, que eu não conhecia, procurou-me para agradecer pelo meu livro, que seus alunos de Araraquara eram obrigados a ler, todos os anos. E prometeu-me que continuariam a lê-lo, mesmo depois que lhe contei a estória dos “débeis mentais” de Guerreiro Ramos. Em xerox.

Assim, quando Cristina Zahar procurou-me para encomendar este livro, com especificações mais gentis, mas, no fundo, não muito diferentes das do meu amigo morto, lembrei-me deste, e atrevi-me a aceitar a incumbência. E lembrei-me de minha querida amiga de Araraquara que, aliás, está muito

presente neste livro: o último capítulo está cheio dela, de polêmica com ela, a propósito dos seus afilhados bóias-frias, que tanto lhe tocam o coração e a mente. Refiro-me a Maria Conceição d’Incao, que acaba de lançar seu segundo livro sobre o assunto.

Tenho muitas desculpas a pedir. Em primeiro lugar, como Vieira, gostaria de pedir perdão por “não ter tido tempo de ser mais breve”. Quero desculpar-me, também, pela repetição de certos conceitos, do que o leitor se irá apercebendo: quase como *leitmotiv*. Não tenho culpa de que as faculdades de economia tenham cometido a imprudência de suspender o ensino de teoria do ciclo, nem de que ensinem tão pouco de economia do planejamento e até de economia do projetamento. Isso obrigou-me aos habituais e antiestéticos parênteses propedêuticos, que sobrecarregam o estilo e... me fechariam a porta da Academia de Letras, para a qual fui condicionado pelos meus mestres maranhenses, como Josué Montelo, José Sarney e outros merecedores, como Franklin de Oliveira, se não tivesse, há muito, feito minha opção.

E desculpe-me ainda o leitor se, mais vezes do que é costume, falo na primeira pessoa. Não é que me considere importante, mas porque, em verdade, fui testemunha atenta de fatos importantes de nossa história. Por pura sorte minha.

Rio de Janeiro, julho de 1985

INTRODUÇÃO

No dia 20 de fevereiro de 1964 — quarenta dias antes do golpe de Estado e, por coincidência, no próprio dia em que eu completava meio século de vida — o presidente João Goulart fez-me chamar à sua presença, no palácio das Laranjeiras. Achava que já era tempo de que eu assumisse maior responsabilidade no governo, deixando os cargos que vinha ocupando, aí pelo terceiro escalão — como chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), chefe da equipe técnica do Conselho do Desenvolvimento, ou simples posições de assessoria, na própria Presidência da República, em meia dúzia de ministérios e outros tantos governos estaduais. Segundo entendi, deixava-me à vontade para escolher entre o Ministério Extraordinário do Planejamento e a Superintendência da Moeda e do Crédito: a poderosa Sumoc, atual Banco Central.

Eu agradei efusivamente a lembrança do meu nome. A exemplo do meu mestre Jesus Soares Pereira, eu gostaria de continuar simples servidor público. Ponderei que não se governa um ministério ou, com maioria de razão, a Sumoc, sem uma equipe segura, e que isso não se improvisa. Sabia por experiência própria que a máquina burocrática brasileira é muito pesada, e,

repetidamente, constatara que a um ministro é difícil mudar um simples contínuo. A dificuldade torna-se maior, se tencionamos mudar alguma coisa, imprimir novos rumos.

— Mas não achas que o corpo técnico da Sumoc é competente? — perguntou o presidente.

— Sim, senhor presidente, muito competente. Mas não é meu, ou melhor, não é nosso, do governo de V. Exa. Obedecerá a Roberto Campos, não a mim. Do meu ponto de vista seria preferível que fosse menos competente, mas também menos pretensioso e mais aberto ao exame de novas abordagens dos problemas.

— Mas, em certo momento, sei que chefiaste, simultaneamente, o Departamento Econômico do BNDE, a equipe técnica do Conselho do Desenvolvimento e o Departamento Econômico do Iseb. Por que não formaste e educaste uma equipe?

— Esforcei-me muito para isso. Mas, só para exemplificar o tipo de dificuldades que encontrei, os chefes de divisão e de setor que fiz nomear interinamente, em princípios de 1960, no BNDE, somente foram confirmados pelo então presidente da República em janeiro de 1961, isto é, quando chegava o momento de pôr os cargos à disposição da nova administração. Minha equipe no Conselho do Desenvolvimento passou seis meses, até o advento do ministro Carvalho Pinto na Fazenda, sem receber pagamento. Eu próprio tinha meu ordenado no BNDE, mas os jovens economistas, engenheiros e estatísticos, que eu havia recrutado para o Conselho do Desenvolvimento, não tinham. Como é natural, a essa altura eu já havia licenciado a equipe, como se diz em linguagem militar.

O que eu não disse ao presidente, porque teria sido chocante, indigno de um homem de sua alta qualidade moral, é que tinha consciência de que vivíamos em clima de baile da ilha Fiscal, isto é, que havia chegado o momento de apagar das luzes do regime constitucional. Para defendê-lo e ajudá-lo, eu me havia batido com todas as armas ao meu alcance, mas, sem sombra de indevido pessimismo, como simples questão de bom senso, sabia que a batalha estava perdida. A demissão de Carvalho Pinto, da Fazenda, fora, não direi a causa eficiente da queda, mas o canto de cisne, em todo caso, do governo João Goulart.

Entretanto, quando o presidente me disse que tinha a impressão de que, quando o poder me era oferecido para pôr minhas idéias em prática, eu hesitava e recusava o poder, isso doeu-me profundamente, e não me pude conter que não perguntasse:

— Está V. Exa. oferecendo-me poder? — A isso seguiu-se um embaraçoso silêncio.

Passamos a debater várias questões, como a reforma agrária e a inflação. Quanto à primeira, ponderei que, com um governo com o esquema de sustentação do seu, era possível fazer muitas coisas úteis, menos reforma agrária. Tempo viria em que esse problema seria posto na ordem do dia, mas esse tempo não havia chegado. O capitalismo agrícola apenas começava a desenvolver-se e, se isso exigia cuidados, por certo não exigia a dita reforma, senão forçando muito o sentido do termo.

Quanto à questão da inflação, devíamos começar por não fazer certas coisas, como uma que lhe tinha sido aconselhada e que ele havia proclamado num discurso, alguns dias antes, isto é, ordenar ao Banco do Brasil que reduzisse de 8% para 4% os juros dos financiamentos à pecuária.

— Senhor presidente, isto é uma medida inflacionária. Suponhamos que um fazendeiro tenha três mil novilhos na idade de corte. Ele precisaria de mandá-los, a todos, aos matadouros, para financiar obras programadas na fazenda. Entretanto, se o Banco do Brasil, nas condições de uma inflação de 50% ao ano, lhe oferece crédito a 4%, o fazendeiro somente abaterá os novilhos mais velhos — suponhamos, dois mil — guardando os mais novos, que ainda estavam crescendo, embora pouco. Resultado, como a oferta de carne se contrairia, a dona-de-casa perderia a batalha com o açougueiro. O caso é que nossa inflação decorre geralmente de uma contração da oferta.

— Caboclo, tu entendes de boi — disse-me ele.

— Se V. Exa. me dissesse que entendo de inflação, eu ficaria frio, porque V. Exa. não é professor de economia — embora muitos deles nunca tenham pensado no que acabo de dizer. Mas, em matéria de boi, V. Exa. é um mestre consumado, de modo que me sinto muito envaidecido.

Para encerrar a conversa, solicitei ao presidente autorização para usar as instalações e o pessoal da Comissão do Planejamento, no Palácio da Fazenda, e que me mandasse conceder uma pequena verba. Com o apoio de um pequeno grupo de talentosos formandos e recém-formados em economia, que praticamente haviam exigido isso de mim, eu ficaria à disposição do governo e, em seis meses, apresentaria um projeto de reforma do Orçamento da União. Eu tencionava montar, em termos atuais, um orçamento calculado em ORTN, *mutatis mutandis*. Isto ainda é necessário.

Mudado o governo, apresentei, em princípios de abril, relatório do trabalho feito, até aquele momento, com cópia ao presidente do BNDE, Genival Santos, que nada podia fazer, mas que era, afinal, meu chefe, e aos ministros da Fazenda e do Planejamento: Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos.

Desconheço o destino que deram a esse relatório.

Um ano e pico antes, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, de regresso de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa, e no processo de preparação da campanha para sua volta à Presidência, que se esboçava sob o lema JK-65, convidou-me para uma conversa em seu apartamento, no Leblon. Embora nossos contatos não tivessem sido freqüentes e estreitos, afinal, eu fora seu último chefe de equipe do Conselho do Desenvolvimento, o correspondente, guardadas as proporções, à atual Seplan (Secretaria de Planejamento). Uma conversa franca, com um burocrata tarimbado como eu, sobre o que se fizera, ou se deixara de fazer, sobre o “nosso” tempo e o tempo “presente”, se lhe afigurara útil.

Fui franco, e o ex-presidente estava aberto a todas as críticas.

— Por que as coisas davam certo, em *nosso* tempo, e não dão certo agora? — começou ele.

Percebi que o ex-presidente tinha noções muito vagas, se as tinha, sobre o que nós, economistas, estudamos como teoria do ciclo. De resto, não havia nisso motivo para espantos. Desde três lustros antes, quando a economia mundial entrara num processo de expansão sem precedentes, falar em ciclo econômico convertera-se em manifestação de mau gosto. Com efeito, falar em ciclo, quando estamos em fase ascendente, quando tudo vai — ou parece ir — bem, implica lembrar que um período de vacas magras pode estar à nossa espera. Mesmo os professores de economia eram omissos quando se tratava desse assunto. Isso, quando não negavam de pés juntos o próprio fenômeno do ciclo.

— Senhor presidente, as coisas não são certas ou erradas de uma vez por todas. Por exemplo, coisas que estavam perfeitamente certas, quando era mister implantar a indústria automobilística — e, de um modo geral, a indústria supridora de equipamentos ou bens duráveis de consumo — podem tornar-se inconvenientes quando chega a hora de resolver problemas financeiros suscitados pela comercialização dos produtos dessas mesmas indústrias. E temos aí um bom exemplo da presente problemática econômica brasileira.

— Onde é que pega o carro?

— A economia brasileira desenvolve-se — e o faz muito satisfatoriamente — nas condições da notória inflação. Parece simples questão de bom senso esperar que assim continuará, por muito tempo. Não se chega a parte alguma fazendo de conta que a inflação já acabou, ou que vai acabar logo. Menos ainda, xingando-a de todos os nomes feios e atribuindo-lhe todos os males de nossa economia. Essas atitudes geralmente são sintoma de profunda ignorância da etiologia verdadeira de um fenômeno tão importante.

— E então?

— Então acontece que vender bens duráveis é um problema muito diferente de vender bens não-duráveis, como sabão ou arroz. Neste último caso, isto é, quando o tempo passado entre a entrega da mercadoria e o pagamento é pequeno, os efeitos da inflação, salvo se esta for galopante, são irrelevantes. O mercado criou, há muito, os mecanismos de defesa: diferenciais de preços, juros de mora, descontos por antecipação de pagamento etc. A coisa muda muito de figura quando se trata de bens duráveis, como uma geladeira, um automóvel ou, com mais forte razão, um apartamento residencial.

Pacientemente, o ex-presidente deixou-me falar, explicando que a inflação deixara os instrumentos consagrados de garantia, como a reserva de domínio, a hipoteca etc. reduzidos à letra morta. Que o valor de mercado do bem oferecido em garantia continuava a elevar-se nominalmente, ao passo que o montante da dívida, nominalmente congelado, murchava, em termos reais, a cada dia que passasse.

— Presidente, para que esta crise passe, é mister que encontremos meios de contornar a Lei de Usura, que foi posta em vigor na única época de nossa história econômica escrita em que os preços declinavam, aí pelo primeiro lustro dos anos 30, e que prestou relevantes serviços, mas esgotou seus méritos. Algo no gênero do que os franceses chamam *échele mobile*...

— E por que não se faz isso?

— Porque nossa crise presente mal começa. Nosso desenvolvimento faz-se através de altos e baixos e, durante o governo de V. Exa., estivemos em período de alta, o qual foi precedido e seguido por períodos de baixa, ou de vacas magras. Conhecemos muito mal nossos ciclos, havendo muitos que preferem fazer de conta que não há mais ciclos. Mas o fato é que eles aí estão, e os períodos de crise são tão naturais como os períodos de euforia, como o caracterizado pelo Programa de Metas. É nos períodos de crise que, geralmente às apalpadelas, como no escuro, acabamos por achar o caminho de nova recuperação. Pelo menos assim tem sido. Aos presidentes Jânio e Jango tocou um período de vacas magras.

— Mas se essa *échele mobile* é necessária, é preciso ir fazendo alguma coisa para implantá-la. Que é que se pode fazer?

— Creio haver persuadido o presidente Jango a mandar ao Congresso um projeto de lei contornando a Lei de Usura. O primeiro interessado será o governo, que se beneficiará da taxa negativa de juros reais ora vigente...

— Que é isso?

— Especialmente através do mercado de letras de câmbio, tornou-se evidente que há uma ponderável oferta de capitais a uma taxa virtual de juros — sob a forma de desconto — mais baixa do que a taxa de inflação vigente.

O credor leva, afinal, menos do que emprestou, em termos reais e, por cima, o Estado presta à sociedade um relevante serviço, porque, se não houver quem absorva os excedentes de caixa, a produção entrará em declínio e, começo a suspeitar, a inflação se exacerbará...

Este papo estendeu-se por várias horas, até que D. Sara nos veio chamar para a ceia. Para encerrar, o ex-presidente perguntou-me onde andava eu quando ele era governo.

Para fechar este intróito, vou lembrar uma palestra que tivera, há cerca de oito anos antes, ao tempo em que trabalhava na Assessoria do presidente Vargas, sob a direção de Jesus Soares Pereira, como relator do conjunto de medidas que, afinal, desembocariam na Eletrobrás, no Plano Nacional de Eletrificação e outras leis correlatas. O Plano era coordenado pelo brilhante engenheiro Fábio Bastos. Minha formação jurídica levava-me a examinar o problema sob ângulos que eu supunha haverem escapado aos chefes da equipe.

— Mestre Soares, tenho a impressão de que estamos criando um monstro. Veja bem, estamos propondo que se organize, como empresa pública, o serviço de eletricidade que, como se sabe, é um serviço público. A capitalização desse serviço vai, afinal, depender do apelo ao mercado de capitais, mas, até porque a empresa será pública, majoritariamente, por exigência legal, a venda de ações ordinárias não pode render muito. Por outro lado, a emissão de debêntures exigiria o oferecimento de uma garantia hipotecária, que a empresa pública, concessionária de serviço público, não poderá oferecer, porque, afinal, ela é Estado e somente o Estado poderia receber tal hipoteca...

Talvez com menos clareza do que agora posso ter, fui explicitando minhas dúvidas. Afinal, a fonte decisiva dos recursos para a empresa que queríamos criar, e que ficaria como modelo de outros serviços públicos estruturados como concessões a empresas públicas, seriam recursos fiscais, de pleno direito ou de fato, como adicionais à tarifa além do custo do serviço, que são impostos de fato. Isso não nos poderia levar longe.

— O maranhense tem cabeça — disse Soares. — Mas, em quanto tempo chegará a crise que você está prevendo? Cinco anos, dez anos?

Fiquei com a impressão de haver forçado uma porta aberta. Eu não podia negar que, com os recursos fiscais e parafiscais que estávamos em processo de mobilizar, e com recursos de terceiros que mobilizaríamos com a antecipação dos ditos recursos fiscais e parafiscais, muita coisa se poderia fazer, durante... algum tempo. A questão era saber por quanto tempo e, nem eu, nem Soares — nem Mestre Rômulo de Almeida, o chefe reconhecido da Assessoria, embora temporariamente ausente, como presidente do Banco do Nordeste do Brasil —, ninguém podia descortinar esse futuro.

Se tivéssemos sido forçados a arriscar um prognóstico, os mais otimistas teríamos chegado talvez a dez anos... Depois... Bem, cada coisa a seu tempo. Nenhum de nós teria previsto que o esquema funcionaria por 30 anos, nem que, nesse lapso de tempo, teríamos multiplicado por 13,6 vezes nossa produção nacional de eletricidade, contra 7,5 vezes do mundo, 9,2 vezes da União Soviética e 4,4 vezes dos Estados Unidos. Nem que teríamos levado a efeito coisas como Itaipu e Tucuruí. Nem...

Se estivesse aqui... Ah! se Jesus Soares Pereira vivesse, estaria comigo, lutando contra vento e maré, para demonstrar que a crise que eu antevira em 1954 — e que não era novidade para ele — chegou, afinal e, para ela, não há saída que não passe pela desestatização de muitos dos nossos serviços de utilidade pública, isto é, pela conversão dos serviços públicos concedidos a empresas públicas em serviços públicos concedidos a empresas privadas.

Lembro-me de quando ele nos dizia que o presidente Vargas costumava abrir a audiência diária, com seu chefe da Assessoria em exercício, com a indefectível pergunta:

“Dr. Soares, como vai a Fábrica Nacional de Motores?” Reconhecendo embora que o presidente tinha razão ao se interessar pela indústria automobilística, sem a qual nosso desenvolvimento iria muito mal das pernas, Soares acrescentava: “O presidente ainda não sabe que aquilo nem é fábrica, nem é nacional, nem é de motores.” E, quando foi mister realmente promover a criação da indústria, lá estávamos juntos, eu e ele, ao lado de Lúcio Meira, para criar a única indústria automobilística que era possível, em nossas condições.

E, com essas lembranças, cresce minha admiração pelo amigo morto há dez anos. Pelo Índio Cariri, como nós dizíamos, que, por debaixo de sua casca grossa aparente era não apenas um espírito muito frio. Era, de pleno direito, um sábio.

Assim, com essas recordações, balizamos o período sobre o qual devo falar: os 20 anos de ditadura militar. Paradoxalmente, é a recordação mais antiga a que nos dá o marco final, a crise que aí está e que desmantelou a ditadura militar, do mesmo modo como a crise de há 20 anos desmantelou o regime constitucional.

OS ANTECEDENTES

A ditadura militar insere-se como um período muito claramente definido na história do Brasil e na história do capitalismo mundial. Corresponde ao decênio final da fase A do quarto ciclo longo e ao primeiro decênio da fase B

do mesmo ciclo. As fases A são, como se sabe, os períodos ascendentes ou prósperos, ao passo que as fases B englobam os períodos declinantes ou, como popularmente se diz, de “crise”. A crise, mais exatamente, é apenas o momento de transição da fase A para a fase B de cada ciclo.

Embora o Brasil não faça parte do chamado centro dinâmico da economia mundial, isto é, aquela área em que se engendram as flutuações econômicas estudadas como ciclos longos ou ciclos de Kondratiev, visto como se insere conspicuamente na periferia da mesma economia mundial, tem-se mostrado muito sensível a esses movimentos. Mais, talvez, que os próprios países mais avançados onde se engendra o ciclo longo, que integram aquele *centro*. É que o dito centro muda a cada novo ciclo, ao passo que o Brasil tem ocupado posição simétrica, em relação ao centro, qualquer que seja este. Podemos dizer, também, que o Brasil tem o tropismo do desenvolvimento. Sucessivamente, trocou a hegemonia de Portugal — ponta-de-lança do capitalismo mercantil europeu — pela da Inglaterra e depois pela dos Estados Unidos. Vale dizer, do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro.

Quando a economia mundial entra em recessão — essa longa recessão de um quartel de século, característica do ciclo de Kondratiev, o qual dura aproximadamente meio século — a economia brasileira, como parte da periferia, tem que se esforçar por se ajustar ao novo estado de coisas.

Do nosso ponto de vista, a recessão de longo prazo deve manifestar-se por uma contração importante e durável da capacidade líquida para importar e pelo pioramento dos termos de intercâmbio, vale dizer, dos preços relativos dos artigos exportados e importados. A economia não se acomoda passivamente a este estado de coisas, mas ativamente, promovendo uma forma de substituição de importações adequada ao estágio de desenvolvimento alcançado por suas forças produtivas e por suas instituições básicas. É por isso que o Brasil tem encontrado meios de desenvolver-se, tanto nas fases A como nas fases B dos ciclos longos.

Na fase B do primeiro Kondratiev (1815-48) a autarcia, isto é, a relativa auto-suficiência, foi buscada, basicamente, via diversificação da produção das fazendas de escravos — as unidades econômicas fundamentais. A fazenda redistribuía os fatores produtivos sob o seu comando, menos para o mercado — as exportações, em última instância — e mais para o autoconsumo. E, refletindo essa realocação dos recursos da fazenda, a economia nacional tornava-se relativamente menos dependente das importações. A diversificação das atividades produtivas da fazenda era, pois, encarada do ponto de vista da economia nacional como um todo, um esforço de substituição de importações.

Com a passagem à fase A do ciclo longo subsequente (segundo Kondratiev), invertia-se essa tendência. A fazenda voltava a concentrar-se mais na produção de artigos exportáveis, cresciam a receita monetária da fazenda e a receita cambial do país, e encetava-se um movimento de urbanização, basicamente pela transferência das casas-grandes para as cidades. Não somente das famílias dos senhores, mas também de parte da mão-de-obra escrava e semilivre, antes ocupada na casa-grande rural, em atividades substitutivas de importações.

Com o advento da fase B do novo ciclo (1873-96), impunha-se novo esforço de substituição de importações, mas isso só excepcionalmente implicou a recomposição da economia da casa-grande. A sede desse novo esforço foram, basicamente, as cidades, para onde, na fase ascendente se havia deslocado parte considerável da mão-de-obra. O novo movimento de substituição de importações assumiria a forma de proliferação de unidades artesanais — e algumas manufaturas pré-industriais —, não raro utilizando a mão-de-obra escrava, isto é, os chamados negros de ganho. O promotor desse movimento já não foram os senhores de escravos, mas o capital mercantil que se vinha desenvolvendo desde a Abertura dos Portos e que era o sócio menor da primeira dualidade. Isto prenunciava a segunda dualidade, onde o capitalismo mercantil assumiria a posição dirigente do Estado.

Ao se abrir a fase A do terceiro Kondratiev (1896-1921) o coeficiente de abertura da economia voltou a crescer, aumentando o intercâmbio com o exterior, mas, nas condições da I Guerra Mundial e da subsequente fase recessiva do terceiro ciclo longo, primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e, depois, na economia nacional como um todo, o esforço mercantil de substituição de importações desbordou seus quadros primitivos, isto é, escalonadamente (como depois veremos) a substituição de importações ia assumindo feição industrial. Esse movimento tinha de comum com os anteriores o fato de constituir uma forma de substituição de importações; mas distinguia-se deles pelo fato de ser industrial.

Tinha começado a industrialização do Brasil.

Com o advento do capitalismo industrial, entrava em cena um novo complicador, visto como, no corpo da economia, surgia um centro dinâmico, capaz de engendrar os ciclos diferentes e independentes dos ciclos longos, que tinham sua origem no centro dinâmico da economia mundial.

Por sua natureza, esses ciclos filiam-se, obviamente, à família dos ciclos de Juglar: as flutuações econômicas mais bem estudadas, e cuja duração varia entre 7 e 11 anos. O juglariano brasileiro, entretanto, é muito mais regular

que seus protótipos europeus e sua etiologia é mais fácil de determinar: a industrialização, assumindo a forma de substituição de importações, leva-se a efeito escalonadamente, setor após setor. A cada setor corresponde um ciclo.

De certo modo, o ciclo breve modula o ciclo longo, somando-se algebricamente a ele, isto é, ora agravando-o, ora amenizando-o. O juglar brasileiro tem, muito aproximadamente, a duração de um decênio, de tal maneira que os primeiros lustros de cada década são depressivos, ao passo que as fases ascendentes ocorrem nos segundos lustros.

A renovação tecnológico-econômica do sistema vem seguindo uma ordem por assim dizer inversa. Sendo o Brasil, na origem, um país importador, essencialmente, de bens de consumo, pela produção nacional desses bens deveria começar a industrialização — com a indústria têxtil ocupando lugar conspícuo nesse primeiro setor detonador do processo de renovação do parque. Como já se tornou hábito dizer, entre nós, a industrialização começou pelo Departamento II, mas isso não quer dizer que não tivéssemos um Departamento I, como muitos acreditam. Apenas, este último assumia caráter pré-industrial. Sem um D I, nenhuma economia pode engendrar o próprio ciclo, nem, de um modo geral industrializar-se, nas condições em que nos coube fazê-lo — com drástica contração da capacidade para importar.

De fato, sem essa contração da capacidade para importar, o esforço de substituição de importações não teria tido o impulso necessário à industrialização. Entretanto, sem uma produção própria de bens de produção, inclusive, de equipamentos — mesmo que essa produção não fosse industrial — a industrialização brasileira teria sido natimorta, como, aliás, aconteceu a numerosos outros países periféricos como o nosso e confrontados com o mesmo desafio, isto é, com a brutal contração da capacidade para importar.

Sendo o Brasil pré-industrializante um país exportador de produtos agrícolas, a industrialização, desencadeada nas condições da contração da demanda externa de nossas exportações (1921-48) tinha que se fazer nas condições implícitas de uma crise agrária, uma de cujas conseqüências era a expulsão de ponderáveis contingentes de mão-de-obra rural. Uma reforma agrária, que permitisse a recomposição da produção camponesa de auto-consumo, no quadro familiar, parecia, pois, imperativa. O que nós, os revolucionários dos anos 30 não vimos, na época — e muitos continuam a não ver, mesmo agora — era que, precisamente pelo fato de termos um D I pré-industrial, qualquer esforço de formação de capital no quadro urbano implicava emprego maciço de mão-de-obra, aí mesmo, na cidade, isto é, no lugar para onde os novos contingentes do exército industrial de reserva se haviam espontaneamente deslocado.

Portanto, a *ordem inversa* de nossa industrialização nada tinha de acidental. Nossa industrialização fizera-se, até então, nas condições paradoxais da criação de estabelecimentos industriais (isto é, capital intensivo, poupador de mão-de-obra) através do emprego de instalações e equipamentos produzidos, em grande parte, pré-industrialmente (isto é, trabalho intensivo e poupador de capital). Noutras palavras, vínhamos criando um D II *industrial*, pelo uso de um D I *pré-industrial*.

Foi isso o que compatibilizou a industrialização com uma estrutura agrária semifeudal e em processo de desagregação, o que implica liberar mão-de-obra. Naturalmente, isso somente poderia continuar enquanto não surgisse, afinal, nessa industrialização escalonada, setor após setor, um Departamento I também industrial, isto é, *capital intensive e labour saving*.

Que é nosso problema atual, do Brasil pós-ditadura militar.

A dinamização de cada setor deve ser precedida pela criação de condições jurídico-institucionais novas, as quais, ao mesmo tempo que favorecem os investimentos em um grupo de atividades, bloqueiam os investimentos em outros setores. Por exemplo: o controle físico das importações, tornado possível pelo controle do mercado de divisas pelo Estado, nos anos 30, ao mesmo tempo em que dificultava ou pelo menos encarecia as importações de bens de consumo, liberava (e barateava) divisas para a importação de bens de equipamento necessários à industrialização das atividades supridoras, principalmente, dos bens que haviam tido suas importações proibidas ou encarecidas. Assim, o Estado orientava o esforço de industrialização para certas áreas do sistema econômico, embora inibindo essa mesma industrialização em outras áreas da economia.

Ao cabo de algum tempo — que a experiência demonstraria ser um número muito regular de anos, isto é, um movimento cíclico, embora sem caso pensado — o setor beneficiado pelas referidas condições jurídico-institucionais propícias acabava por revelar excesso de capacidade. Assim, não obstante as condições favoráveis à formação de capital, nesse setor determinado, os investimentos entravam em declínio, impelindo toda a economia para a recessão.

Esta, ao cabo de alguns anos, geralmente sem consciência do processo, tem acabado por levar-nos a criar condições favoráveis à industrialização de outro grupo de atividades, ou setor. Com a mesma regularidade com que comparece a recessão, comparece, a seu tempo, a recuperação, isto é, a retomada do crescimento, sob o impulso dos investimentos das novas atividades em processo de renovação tecnológica e econômica.

Em cada “crise”, isto é, ao se pronunciar a recessão, a economia passa a ser balanceada entre um setor com excesso de capacidade e outro com insuficiência de capacidade. É o que venho estudando sob o nome de dialética da capacidade ociosa. Tudo isso seguindo uma ordem que nada tem de acidental, mas que, afinal, não pode ser eterna. À medida que o sistema vai completando sua renovação para o padrão tecnológico imposto por nossa corrente revolução industrial e enquanto não se criam condições propícias para a subsequente revolução técnico-científica, ora em processo de amadurecimento nos países de vanguarda — e que, depois do D II, o D I também se industrializa, adotando funções de produção capital intensivas e poupadoras de mão-de-obra, sua capacidade de compatibilizar-se com a estrutura agrária semifeudal vai-se estreitando.

Assim, quando, nos anos 1961-62, chamado pelo presidente Jânio Quadros e, depois, pelo presidente João Goulart, tive que pronunciar-me sobre a reforma agrária, surpreendi aqueles que me conheciam os antecedentes — inclusive o fato de que, nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, sob o comando de Luís Carlos Prestes, me havia batido pela revolução agrária, sem a qual a reforma agrária seria puro mito — colocando-me francamente contra qualquer precipitação nessa matéria. Eu sabia que, pelo menos uma vez mais, quando a recessão cedesse o passo à recuperação (o que não dependia de nenhuma reforma agrária) os sintomas da crise agrária regrediriam.

Não diria o mesmo hoje, porque o D I do sistema tornou-se altamente poupador de mão-de-obra e as cidades não têm o que fazer com os milhões de novos cidadãos que lhe chegam a cada ano. Quase tanto quanto os que estiveram recebendo, contemporaneamente, as cidades da União Soviética, um país de população duas e meia vezes maior e cuja indústria crescia incomparavelmente mais, em termos absolutos.

Assim, de longa data, o Brasil se vem desenvolvendo através de vagas cíclicas, as quais, não obstante seu fundo econômico-tecnológico, trazem consigo mudanças sociais, isto é, políticas, jurídicas, institucionais. O coroamento das mudanças faz-se no pacto fundamental de poder da sociedade, isto é, na composição de classe do próprio Estado.

Desde sempre ou, mais precisamente, desde a Independência, o poder do Estado brasileiro é exercido por uma coalizão de duas classes, que refletem o estágio do desenvolvimento das forças produtivas do país. Noutros termos, à medida que a economia nacional avança, modo de produção, após modo de produção, mudam as classes dominantes, nunca os dois sócios da coalizão ao mesmo tempo, mas cada dualidade é substituída por outra dualida-

de, também caracterizada pela coalizão de duas classes dominantes. Em nenhum momento, o poder político foi exercido com exclusividade por uma só classe, e isso não por acaso, mas como reflexo da estrutura da economia e da sociedade.

Em cada dualidade, o poder é exercido por uma classe que passou da anterior dualidade, e por outra que está tendo acesso ao poder, pela primeira vez. Esta última, entretanto, não surge por acaso, mas como dissidência da classe hegemônica anterior, apeada do poder como consequência da última crise do ciclo longo. Toda vez que a economia mundial é confrontada com a fase B do ciclo longo, a sociedade brasileira é confrontada, também, com um desafio que exige dela mudança de regime ou, como tornou-se agora moda dizer, de modelo.

Foi assim que a fase B do primeiro Kondratiev (1815-48) deu-nos a primeira dualidade, isto é, um pacto de poder coroado pela aliança entre as classes dos senhores de escravos, que passara do regime colonial, com a classe dos comerciantes, dissidência do capitalismo mercantil português. A Independência e o Império formalizaram esse pacto de poder, entre os escravistas, como sócio hegemônico, politicamente experimentado, capaz de suscitar do seu seio uma liderança da mais alta qualidade, e o novo sócio, o sócio menor, politicamente inexperiente, mas muito dinâmico, no campo econômico.

A fase B do segundo Kondratiev (1873-96) confrontou esse regime com desafios acima de suas forças e novo pacto de poder foi negociado, entre a classe dos comerciantes, a esta altura amadurecida e politicamente experimentada, com a nova classe dos latifundiários feudais, preexistente, em algumas regiões do Brasil, mas, no fundamental, surgida como dissidência progressista da classe dos senhores de escravos, e que encarnava um novo modo de produção: o feudalismo. A aliança entre essas duas classes, sob a hegemonia da primeira, constituiu a segunda dualidade, formalizada na Primeira República.

A fase B do terceiro Kondratiev (1921-48) revelou a incompetência do capitalismo mercantil, surgido da primeira dualidade e passado à segunda como sócio hegemônico, para fazer frente aos novos desafios, os quais, como disse antes, impunham uma forma nova e superior de substituição de importações, isto é, a industrialização. A classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, negociou com a classe dos latifundiários, surgida da segunda dualidade, novo pacto de poder, sob a hegemonia desta. A classe dos industriais, não obstante seu dinamismo econômico, não tinha maturidade para o exercício da hegemonia política. Esta

coube ao sócio mais velho, que produziu líderes da mais elevada qualidade e que, não obstante seu caráter feudal, promoveu a industrialização do país. Getúlio Vargas é o exemplo acabado dessa liderança.

O período que nos ocupa, isto é, os 20 anos de ditadura militar, está cheio de ocorrências que denunciam a aproximação da crise da terceira dualidade, nascida na crise do terceiro Kondratiev. Essa ditadura não implicou novo regime, mas uma tentativa, muito bem-sucedida, de sustentação do velho regime feudal burguês, caracterizado, não será demasiado dizê-lo, pela hegemonia do latifúndio semifeudal. Uma dissidência desse latifúndio vem amadurecendo sob a forma do capitalismo agrícola. Uma dissidência progressista, como das outras vezes.

Os militares, como aconteceu em outras vezes e, provavelmente, acontecerá ainda, no futuro, são chamados para assegurar sustentação ao regime em processo de desagregação e, como também tem acontecido, a certa altura, promovem a mudança, isto é o advento da nova dualidade — a quarta, que deve ter como classe hegemônica, a única possível, por ser a única que está amadurecida para isso, a classe dos capitalistas industriais, imensamente fortalecida econômica e socialmente, neste passado meio século. Como sócio menor apresta-se para subir ao prosicênio a classe dos capitalistas agrícolas, herdeira e coveira do latifúndio semifeudal.

Uma reforma agrária — por certo muito diferente da que nós, os revolucionários dos anos 30, tencionávamos fazer — está na ordem natural das coisas. Por um lado, o preço da terra emergiu como fenômeno francamente financeiro e, por outro, com a incorporação das novas e imensas glebas que o capitalismo agrícola está promovendo, a terra, de fator limitado, torna-se superabundante. A condição *nulle terre sans seigneur*, sem a qual não pode subsistir feudalismo algum, está deixando de cumprir-se, por força da incorporação do cerrado, da hiléia, da caatinga e mesmo do pampa.

O capitalismo industrial, desenvolvido à sombra e em aliança com o latifúndio feudal, não pode deixar de aspirar à hegemonia sobre toda a sociedade. Neste processo, deverá denunciar a aliança com seu antigo aliado e negociar nova aliança com a dissidência deste, o que poderíamos chamar de latifúndio capitalista. Ao mesmo tempo, como costuma acontecer quando o capitalismo industrial alcança sua plena maturidade, ele deverá criar, como agente de sua política econômica geral, um novo aparelho de intermediação financeira.

O problema central do capitalismo industrial brasileiro é a acumulação de excesso de capacidade, cuja utilização se impõe como necessidade ele-

mentar. É disso que deverá cuidar o ramo financeiro do capitalismo brasileiro. O desfecho natural desse processo é o surgimento de um capitalismo financeiro, estágio supremo do desenvolvimento do nosso capitalismo.

1964: O BRASIL E O MUNDO

No triênio 1962-65, o Brasil atravessava uma profunda depressão econômica. Nesse triênio, a produção industrial virtualmente não cresceu em termos absolutos — o que implicava uma queda severa em termos relativos, isto é, por habitante. Isso contrastava vivamente com o desempenho da economia brasileira no quinquênio anterior, de 1957-62 (11,3% ao ano) e com o desempenho contemporâneo (1962-65) da economia do mundo capitalista desenvolvido (6,3% ao ano) e mais ainda com o mundo capitalista subdesenvolvido, o Terceiro Mundo, do qual fazemos parte ainda e, com redobradas razões, àquele tempo. O Terceiro Mundo estava crescendo ao ritmo de 8,1%. Quanto ao mundo socialista — com exceção da China, presa ao atoleiro do chamado Grande Salto —, crescia a ritmos muito elevados, embora algo mais baixos que os do período anterior. Ainda não dava para perceber que essa economia estava começando a encontrar certos limites ao seu crescimento. As miragens do Plano de Vinte Anos de Khrushchev ainda não haviam tido a seca chamada à ordem ligada ao nome de Breznev.

Prometo ao leitor que me distinguir com as poucas horas necessárias para a leitura deste opúsculo não abusar de sua confiança, alinhando intermináveis séries estatísticas. Mas este intróito era indispensável, porque sobre ele vamos assentar certas hipóteses de vital importância. Para começar, esse desempenho do país, em descompasso com a economia mundial, mostra que o Brasil, de fato, segundo a hipótese primeiro formulada, para meu conhecimento, por Celso Furtado (*A economia brasileira*, 1954) já suscitou um centro dinâmico interno, capaz de engendrar seu próprio ciclo. O que Celso não podia saber em 1954, e apenas podíamos começar a suspeitar, em 1964, eram a duração e a natureza objetiva desse ciclo. Agora temos uma perspectiva histórica muito mais rica.

Mas há males que vêm para o bem. Se a devastadora crise econômica que acabou por derrubar o governo constitucional do presidente João Goulart e a impelir-nos para uma ditadura policial-militar da qual apenas estamos canhestramente emergindo agora — tem origem interna, deve ser sensível a terapêuticas também internas. Ou seja, em medida sem precedentes, deve estar em nossas mãos promover a superação da crise, o que não aconteceria se essa crise fosse apenas reflexo de um cataclisma engendrado lá fora, no centro cíclico da economia mundial.

Nossa capacidade objetiva de produzir internamente nosso próprio ciclo confere nova dimensão e nova dignidade ao capitalismo brasileiro. Isso não quer dizer que tenhamos deixado de ser uma formação socioeconômica periférica. Continuamos sensíveis aos movimentos do centro dinâmico universal e, sobretudo, caudatários em matéria de tecnologia que, com contribuições de todas as áreas do mundo, esse centro vai sintetizando continuamente. Nem significa, também, que possamos imprimir à nossa conjuntura o rumo que se nos antolhe, ou que possamos optar “politicamente” pela expansão ou pela recessão. Mas apenas, muito mais modestamente, que, quando houvermos ganho um pouco mais de consciência dos nossos processos econômicos, seremos capazes de uma intervenção do Estado que seja minimamente eficaz.

De longa data, o Brasil reage — nem poderia deixar de fazê-lo — aos movimentos do ciclo longo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma — o *crecimiento hacia adentro* dos cepalinos — adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento, adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social: diversificação da produção das unidades econômicas básicas, na fase B do primeiro Kondratiev; diversificação da produção nacional, pela proliferação de unidades artesanais e excepcionalmente manufatureiras, voltadas para o mercado nacional, no segundo Kondratiev; aprofundamento desse movimento, pela substituição de unidades pré-industriais por outras, de caráter propriamente industriais, no movimento estudado como industrialização, desencadeado na fase B do terceiro Kondratiev.

Esse movimento de substituição industrial de importações, contrariamente aos seus predecessores, não se interrompeu com o advento da fase expansiva do quarto ciclo longo (1948-73). Para isso contribuíram dois fatos concomitantes:

- (a) Embora o intercâmbio dos países cêntricos tenha voltado a crescer — não obstante certa tendência à autarcia, nesses países — na fase A do quarto Kondratiev, pois suas exportações cresceram 2,9 vezes, entre 1950 e 1965, essa reativação interessou essencialmente ao comércio entre os próprios países desenvolvidos, o qual, no mesmo período, cresceu 3,2 vezes. As exportações dos países subdesenvolvidos, no mesmo período, apenas cresceram 1,8 vez — resultado, ainda assim,

em grande parte da expansão das exportações de petróleo. O Brasil, país não-exportador de petróleo, manteve suas exportações virtualmente constantes (US\$ 1.085 milhões em 1950, para US\$ 1.096 milhões em 1965). Somente em alguns anos nossas exportações ultrapassaram a cota de US\$ 1.400 milhões.

- (b) Por outro lado, no mesmo período, o dividendo nacional continuou a expandir-se (com o produto interno bruto crescendo 2,4 vezes e o produto industrial 2,8 vezes), em óbvio descompasso com a capacidade para importar. Por outras palavras, as condições propícias à substituição de importações se mantiveram mesmo fora da fase B do ciclo longo, revelando considerável autonomia da economia brasileira, em relação aos impulsos partidos do centro mundial. Declinava, a cada ano, o coeficiente de abertura de nossa economia. De mais de um quarto da oferta total de bens e serviços, nossas importações, antes da Grande Depressão mundial, caíram para pouco mais de um vigésimo, no período da nossa depressão interna, 1962-65.

Essa autonomia da economia brasileira, em relação aos impulsos partidos do centro mundial, esteve intimamente associada ao movimento de industrialização desencadeado nas condições da fase B do terceiro Kondratiev (1921-48), mas que, pelas razões apontadas, projetou-se para além dessa fase. O Brasil emergiu como uma das economias mais dinâmicas do mundo, provavelmente a mais dinâmica do mundo capitalista. Com efeito, no período 1938-63, a produção industrial brasileira cresceu 6 vezes; a do mundo, 3,8 vezes; a do mundo capitalista, 3 vezes; a da Europa Ocidental, 2,5 vezes; e da América do Norte, 3,6 vezes (principalmente atribuível ao decênio 1938-48, nas notórias condições da guerra); a do mundo socialista, 8,8 vezes.

A industrialização tende a manter-se, mesmo na hipótese de vigorosa expansão do comércio exterior, particularmente se essa expansão privilegiar as trocas com áreas abertas ao crescimento de nossas exportações de manufaturados. E a isso se deve acrescentar o fato de que nossa industrialização está desbordando francamente o setor secundário da economia. Com efeito, tanto a produção primária mineral, como a produção agrícola estão assumindo feição francamente industrial.

Isso quer dizer que o impulso industrializante do capitalismo brasileiro dista muito de estar esgotado e, em 1964, distava mais ainda. Mais ainda, a simples industrialização — vale dizer, a mera implantação do capitalismo industrial — devia conduzir, como está conduzindo francamente agora, à estruturação do capitalismo financeiro. Em meu livro *A inflação brasileira*, de 1963, eu indicava essa tendência. Trata-se do advento do estágio supremo

do desenvolvimento do capitalismo. Ora, a crise de 1964 foi um momento desse processo extremamente vigoroso, que se projeta para além dos nossos dias, como depois veremos.

O desenvolvimento do capitalismo não é um processo idílico, desenrolando-se linearmente, no tempo, como num desses modelos matemáticos usados nas faculdades de economia para familiarizar os estudantes com o conceito de desenvolvimento — ou, como diziam os antigos, inclusive os patriarcas de nossa República, de progresso. Nem havia por que sê-lo. Na frase de Joseph Schumpeter: “Os ciclos não são, como as amígdalas, coisas que podem ser separáveis do corpo, suscetíveis de serem tratadas separadamente, mas são, como o pulsar do coração, inerentes à essência do organismo que tem esse pulsar.”

Noutros termos, O ciclo é inerente à economia capitalista, que se transformará noutra coisa, quando for privada desse predicado. Ora, essa superação do ciclo deve passar pelo conhecimento preciso desse fenômeno. Trata-se de um processo prolongado e complexo, que cada país perlustrará a seu modo — e o Brasil já provou ter um modo muito peculiar de produzir o próprio desenvolvimento. E não se perca de vista que um ciclo inteiramente consciente é, por definição, um *não ciclo*, porque é óbvio que ninguém, com conhecimento de causa, planejará uma recessão, sem a qual não pode haver ciclo.

O estudo dos nossos ciclos — refiro-me aos ciclos endógenos, aproximadamente decenais, que conferem novo sentido, no Brasil, aos ciclos longos mundiais, agravando-os ou amenizando-os, isto é, “modulando-os” — põe em evidência o relevante papel desempenhado por nosso Estado, inclusive por alguns eminentes homens de Estado. Mas isso não quer dizer que esse Estado ou esses homens eminentes tenham levado a cabo suas intervenções com plena consciência do que estavam fazendo. Não raro, tomam iniciativas às quais a vida social recusa qualquer futuro, sendo logo esquecidas. Na melhor das hipóteses, tomam iniciativas na suposição de que, uma vez alcançados os efeitos de curto prazo buscados, serão revogadas, como se nada tivesse acontecido, mas a mesma vida social confere a essas iniciativas um alcance e uma vigência que não estavam na intenção dos seus autores. Noutras palavras, os pró-homens que usam a máquina do Estado, iludidos ou, mesmo, embriagados pelo seu aparente poder, desdobram-se em iniciativas, às quais a vida real vai conferindo os mais inesperados significados, abrindo seu caminho de tal maneira que, visto este retrospectivamente, fica-nos, às vezes, a impressão de um constructo perfeitamente lógico. Esquecemos as iniciativas frustradas e também que os méritos dos felizes resultados alcan-

çados, em consequência dessas iniciativas, eram, nas palavras do poeta, “diferentes em tudo da esperança...” (Camões).

Não obstante, era importante que, equivocadamente, ou não, o desenvolvimento da economia brasileira dependesse em tal medida do que fizéssemos nós, com nossas próprias mãos e perseguindo nossos objetivos. Dia deve vir em que nossa ação será mais inteligentemente dirigida e em que os resultados não mais serão tão “diferentes... da esperança”. Isso significará que a economia brasileira terá começado a difícil transição da anarquia para o plano. Entrementes, temos que nos haver com uma economia não planejada, anárquica. E seremos felizes se, ainda que por equívoco, continuarmos a acertar — ao contrário da economia argentina que não acerta, nem por equívoco.

Nada disso quer dizer que não haja uma lógica no processo econômico, mas, simplesmente, que essa lógica está na própria realidade objetiva, não em nossas cabeças, o que quer dizer que deve ser pesquisada, não podendo, em hipótese alguma, ser imposta por decreto.

Do privilegiado ponto de observação do qual eu havia podido acompanhar a crise endógena anterior, que tivera seu epicentro no suicídio do presidente Vargas, beneficiando-me do lúcido diálogo com homens como Rômulo Almeida, J. Soares Pereira, Alberto Guerreiro Ramos, dentro da Assessoria da Presidência da República, e outros fora, mas muito próximos, como Evaldo Corrêa Lima e Juvenal Osório Gomes, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Hélio Jaguaribe e outros, no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), eu havia podido dissecar um desses processos de intervenção do Estado na economia.

Vira, por exemplo, como, sob a pressão de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, havíamos decidido desvalorizar cambialmente nossa moeda. Isso devia significar, a juízo dos promotores da medida, um esfriamento do processo de industrialização e não seu aquecimento, como depois se veria acontecer. Como os bens de equipamento e de produção — em verdade em medida menor do que se supunha — eram importados, o encarecimento desses bens deveria esfriar o processo de industrialização. Era a filosofia da famosa pausa para respirar, que muitos dos propugnadores da industrialização tomaram ao pé da letra.

Até aquele momento, a industrialização havia assentado no paradoxo de uma mão-de-obra cara (não obstante ser superabundante) e de um “capital” barato (não obstante ser escasso). A mão-de-obra era superabundante, em consequência da crise agrária subjacente, que ia despejando ininterrupta-

mente novos contingentes de recrutas para o exército industrial de reserva. Ao passo que o capital, no sentido estrito dos bens de capital era escasso, em grande parte, porque se supunha ser todo, ou quase todo, suprido via importações, nas condições de uma capacidade para importar estrangulada.

Ora, apesar de tudo isso, do ponto de vista do empresário industrial, a quem cabe escolher as técnicas e, portanto, as funções de produção implícitas, a mão-de-obra era cara, porque aos salários pagos deviam somar-se os chamados encargos salariais, tanto os explícitos, como outros implícitos e menos conhecidos, mas não menos atuais. Ao passo que os bens de capital chegavam ao empresário abatidos de vários tipos de subsídios, inclusive os cambiais.

Parecia óbvio que se, pela via cambial, os bens de capital fossem unilateralmente encarecidos, o empresariado agiria em conseqüência, optando por funções de produção pré-industriais, intensivas quanto à mão-de-obra, interrompendo-se o esforço de industrialização. Para nossa felicidade, esse arazoado continha um grave equívoco, visto como ignorava que a economia brasileira havia desenvolvido em seu seio um vigoroso D I, se bem que ainda, em grande parte, pré-industrial. Assim, o encarecimento dos bens de capital importados, em vez da desejada pausa para respirar, a que aludiam Eugênio Gudín e Osvaldo Aranha, trazia-nos um potente impulso no sentido da industrialização do D I, o qual começava a perder seu primitivo caráter artesanal. A industrialização ganhava novo impulso, nos quadros do Programa de Metas do presidente JK.

Para isso contribuiu muito o fato de que a depreciação cambial do cruzeiro, à vista da resistência do empresariado industrial, em vez de tomar a forma usual, fez-se escalonadamente, através de um engenhoso mecanismo que conferia à mesma "mercadoria", isto é, à divisa, não um só preço, mas vários. Resultava isso do regime criado pela Instrução 70 da Sumoc, que estabelecia numerosas categorias para as exportações e, principalmente, para as importações.

Generalizando, podemos dizer que mudanças desse gênero verificaram-se ao fim das fases recessivas dos ciclos breves, abrindo o caminho para novas fases expansivas. Isso fazia do ciclo breve um fenômeno não exclusivamente econômico, mas social, no mais lato sentido do termo, não obstante seu evidente automatismo. É que o corpo social e o Estado, em sua indispensável intervenção no processo, o fazem sob a provocação dos fatos econômicos básicos, os quais se desenvolvem independentemente de nossa vontade, e é raro que os homens no comando das alavancas do Estado tenham conhecimento válido dos fatos em que devem intervir.

Desde que teve início a industrialização do Brasil, esses ciclos breves se têm sucedido regularmente. Primeiramente, foram criadas condições para a implantação da indústria leve, mas, a cada volta do parafuso cíclico, prosseguia a marcha no sentido de indústrias menos leves e, partindo da indústria de bens de consumo, no sentido geral da indústria de bens de produção. A meio caminho, tivemos as indústrias de bens duráveis de consumo, as quais são uma categoria híbrida, visto como, geralmente, são máquinas para as atividades produtivas da casa de família. Não é fácil dizer, aí, onde termina o Departamento II e começa o Departamento I.

Foram as indústrias supridoras desses bens que ocuparam o centro do esforço principal do processo de industrialização, no quinquênio que precedeu a depressão dos anos 1962-65. Como já ficou dito, a produção industrial que havia crescido ao ritmo de 11,2% ao ano, em 1957-62, cessou de crescer, em 1962-65. Essa produção, em 1965, chegou a declinar, em termos absolutos. Repetia-se a crise de um decênio antes.

Os homens que haviam estado atentos ao processo sentiam instintivamente que algo no gênero da Instrução 70 devia ser tentado. Alguns deles, politicamente classificáveis como de esquerda, chegaram a sugerir-me que eu usasse a influência que me atribuíam junto ao governo, especialmente o presidente João Goulart, no sentido de uma espécie de reedição da referida medida — o que era um duplo equívoco, primeiro, porque não tinha essa influência e, em segundo lugar, porque nunca a utilizaria nesse sentido, se a tivesse. Acontece que a dita medida havia resolvido problemas de outra época — de outro ciclo, para sermos mais precisos. Como havia dito ao presidente JK, como me referi na introdução a este trabalho, uma coisa era promover a implantação de indústrias supridoras de bens duráveis — de consumo ou de produção — e outra era organizar o mercado para esses produtos.

Visto o problema sob esta perspectiva, pode parecer coisa sem proveito o estudo da superação dos ciclos pretéritos — porque o fato é que temos conseguido superar todas as nossas crises. Observou-me certa vez meu amigo Ricardo Cibotti, ilustre economista argentino: "Vocês, brasileiros, têm muita sorte. Entram nas crises e saem delas, ao passo que nós, argentinos, ficamos morando nelas." Pelo menos, no que toca aos últimos decênios, parece que ele tem certa razão.

Mas parece que superamos nossas crises sempre por acaso, porque os problemas apresentados por cada urna delas diferem daqueles com os quais fomos confrontados pelas crises anteriores. Aparentemente, pois, nada haveria a aprender aí. A Instrução 70 da Sumoc, tão oportuna e eficaz na crise dos anos 50, seria inane, quando não contra-indicada, se aplicada na crise dos anos 60.

Ora, não raro aqueles mesmos que mais se haviam batido contra as medidas que se revelaram eficazes na depressão de um ciclo, propugnam por sua reedição na depressão seguinte. Por outras palavras, encontram meios de equivocar-se, tanto quando dizem que sim, como quando dizem que não.

Não obstante, vistos sob outro ângulo, os ciclos se repetem, guardam todos um ar de família. Por exemplo, a fase recessiva de cada ciclo apresenta dois problemas gêmeos, pontualmente. Com efeito, na fase expansiva que precede a recessão, um setor ou grupo de atividades econômicas expande-se até pôr em evidência excesso de capacidade. Mas, durante a mesma fase expansiva, a estrutura da demanda do sistema modifica-se, de modo que, simultaneamente, são postos em evidência insuficiências e estrangulamentos, cuja superação exigirá investimentos, os quais, por um lado, deverão promover a utilização do excesso de capacidade acumulada num pólo e, por outro, impelirão a economia para nova fase expansiva. Mudam os setores polares, mas não o fato de que eles estão presentes ambos, em oposição dialética. O cariz dos problemas em causa mudará, por certo, com a troca de identidade desses pólos, mas não mudará a natureza profunda desses problemas.

Com efeito, a área de capacidade ociosa pode ser estudada também como pólo em que se formará a poupança, ao passo que a área onde se revelam as insuficiências pode ser vista como pólo dos investimentos futuros. Isso quaisquer que sejam as especificações dessas áreas ou setores.

Mais ainda, entre esses dois pólos, há em todos os casos uma distância ou resistência a vencer, o que exige mudanças no aparelho de intermediação financeira do sistema. Este é um grave problema, durante toda a fase recessiva do ciclo. Ora, enquanto esse problema não se resolve, o Estado é chamado a intervir, no sentido de mover e orientar os fluxos financeiros como é devido: do pólo de poupança para o pólo de investimento.

Essa ação do Estado é necessária, não somente porque os *cuellos de botella*, como dizem os economistas da Cepal, devem ser forçados, para assegurar o funcionamento regular do sistema — o qual, afinal, é um organismo vivo, cuja saúde depende da operação equilibrada de todos os seus “órgãos” — como porque é um serviço prestado à sociedade a captação das sobras de caixa surgidas nas áreas de ociosidade. O abandono dessas sobras nas atividades em que se formaram acarreta várias e sérias conseqüências, e a exacerbação do processo inflacionário talvez não seja a mais grave.

O esforço do Estado para captar esses excedentes e orientá-los para as áreas onde se ponham em evidência os estrangulamentos — sempre diferentes a cada ciclo, mas sempre presentes, em todos eles, quando chegados à fase recessiva — submete as finanças do Estado a uma tensão acima das suas

forças. Assim, uma grave crise das finanças públicas costuma manifestar-se, como parte final da recessão cíclica. Isso aconteceu, também, na depressão de 1962-65.

A superação dessa crise financeira — e da crise cíclica em geral — costuma tomar a forma de uma redistribuição das atividades econômicas entre os chamados “setor público” e “setor privado”. Ao longo de todo o nosso processo de industrialização, a economia brasileira seria ininteligível sem a ação concomitante e coordenada desses dois setores. Entretanto, a parte do sistema que toca a cada um muda a cada ciclo. Com efeito, sempre que o empresariado privado se julga em condições de assumir a responsabilidade por um grupo de atividades, começa a pressionar pela privatização desse setor, o que não impede que o mesmo empresariado entre a cobrar do Estado certos serviços e produtos que, afinal, irão recompor o setor público desfalcado, na fase final da crise. Afinal, depois, como antes, haverá, lado a lado, um setor público e um setor privado, em conflito, que não exclui colaboração, e, em colaboração, que não exclui conflito. Dialeticamente.

Para encerrar este capítulo parece-me oportuna uma breve nota sobre os aspectos ideológicos do evoluer da fase recessiva do ciclo. Com efeito, ao se aproximar o desenlace da crise recessiva — o que ocorre ordinariamente por meados do decênio — a luta entre os *privatistas* e os *estatistas*, sempre latente, assume formas agudas. E, como sempre acontece, cada um dos partidos reveste suas reivindicações específicas com brilhantes véus ideológicos.

Os *privatistas* justificam suas reivindicações específicas como uma luta pelo capitalismo — não, por certo, o capitalismo real que, nas condições da crise, assume formas em geral indefensáveis — mas um capitalismo idealizado, não raro, com conceitos pescados na *Riqueza das nações*, de Adam Smith. Por seu lado, os *estatistas*, extrapolando ingenuamente as tendências da estatização, julgam estar nada menos do que partindo para a construção do socialismo ao defender seus programas com conceitos hauridos, afinal, em *O capital*, de Karl Marx.

Ora, nada disso se justifica, porque a luta concreta gira em torno de problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o qual percorre uma trajetória que já seria tempo de ser melhor conhecida. O socialismo está presente, por certo, mas como superação de um capitalismo que tem ainda muito chão a palmilhar. E, nem esse capitalismo, nem esse socialismo, têm ou terão muito que ver com as visões idealizadas que deles fazem seus corifeus. Como a reforma agrária, que estamos a pique de fazer, tem pouca coisa em comum com aquela que queríamos fazer nos anos 30.

Passada a recessão, como das outras vezes, esta polêmica se desaquece... para reaquecer-se na crise subsequente do novo ciclo médio endógeno, isto é, quando a economia voltar a desaquecer-se.

O EPICENTRO DA CRISE

Entre 1958 e 1963, as taxas relativas, respectivamente, à produção industrial brasileira e à inflação vinham mostrando um comportamento que, visto da perspectiva ortodoxa, era, pelo menos, anômalo. Com os dados de que hoje dispomos, podemos alongar as séries, como se segue:

Quadro I

Anos	Produção industrial % a.a.	Inflação % a.a.
1958	16,2	14,2
1959	11,9	33,5
1960	9,6	17,3
1961	10,6	43,6
1962	7,8	42,2
1963	0,2	88,4
1964	5,2	82,2
1965	(5,0)	69,7

Fonte: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976.

Por outras palavras, enquanto a economia se desaquecia, fato expresso pela tendência declinante da produção industrial, a taxa de inflação se elevava firmemente. Esse comportamento seria repetidamente reiterado, nos 20 anos que se seguiram, até nossos dias (Ver Gráfico I, em anexo a este capítulo), o que não impede que, mesmo hoje, todos (ou quase todos, porque já temos hoje algumas exceções conspícuas, como Adroaldo Moura e L. C. Bresser Pereira) os professores de economia — especialmente os que têm sido guindados a postos de comando da economia nacional — não somente ignorem esse fato, como, *a priori*, o neguem, de pés juntos.

A constatação do fato elementar de que, quando a economia se desaquece a inflação se exacerba, e *vice versa*, muito pontualmente, como hoje sabemos — ou devíamos saber — mas com suficiente clareza, já àquele tempo, devia conduzir a uma radical reapreciação de toda a farmacologia econômica, em geral, e das terapêuticas antiinflacionárias, em particular. Com efeito, como pode *curar* a inflação quem a explica como uma função direta da de-

manda, quando ela objetivamente se exacerba nos períodos recessivos, isto é, quando a demanda declina? E vice-versa?

Ora, como a gestão econômica — inclusive no governo João Goulart — sempre esteve entregue a homens que nem por hipótese admitiam abrir a questão para estudar a possibilidade de que a inflação se relacionasse inversamente com a oferta e não diretamente com a demanda, como acreditar que estivessemos na iminência de uma estabilização monetária, como preâmbulo à retomada dos investimentos e da atividade da economia?

Como simples questão de bom senso, devíamos considerar a inflação nossa companheira fiel, por um tempo imprevisível. Entretanto, como a conjuntura não pode esperar por um número imprevisível de anos, para instrumentalizar uma retomada do crescimento, a inflação devia ser tomada como parâmetro, isto é, como uma variável muito estável. E todas as recomendações que o governo dignou-se a receber com minha assinatura se baseavam nesse pressuposto.

Por outro lado, como acreditar que, recebendo a investidura de um governo em óbvia deliquescência, teria sido possível para mim torcer o rumo do trabalho — como era mister — de um organismo como a Sumoc ou o Ministério do Planejamento, tripulados por homens carregados de preconceitos incompatíveis com a realidade mais visível, ainda mais considerando que esses homens exibiam vaidosamente seus mestrados e doutorados no estrangeiro?

A política “ortodoxa” de combate à inflação, partindo da suposição de um excesso de demanda, justifica todas as medidas antipopulares, do tipo da compressão salarial, da limitação dos financiamentos à produção etc. Se, ao contrário, o problema decorre de uma contração da oferta, outro tipo de terapêutica entrará em linha de cogitação.

Ora, se o fim da inflação não está à vista — até porque nossas costumeiras “políticas antiinflacionárias” são contra-indicadas e agravam o problema —, então era mister aprender a conviver com a inflação. Uma decisão nessa matéria vinha-se tornando imperiosa. Tanto mais quanto, como já foi lembrado, a direção do esforço principal do nosso desenvolvimento passava pela expansão da produção de bens duráveis — desde os apartamentos residenciais às máquinas operatrizes da Romi, passando pelos automóveis, pelas geladeiras e pelos eletrodomésticos em geral. E, para completar o quadro, considerando que a taxa de inflação tornava-se cada vez mais distante da taxa de juros permitida pela Lei de Usura.

Espontaneamente, a economia antecipou-se ao Estado na aplicação do que depois batizamos de correção monetária. Primeiro, tivemos os “consór-

cios” automobilísticos, nas condições dos quais os veículos eram pagos em prestações monetariamente corrigidas, com um deflator implícito calculado no preço de mercado dos veículos do mesmo tipo. Depois, contornando a Lei de Usura, vendiam-se e compravam-se letras de câmbio com descontos que comportavam um juro implícito que deixava a perder de vista os 12% admitidos pela mesma Lei de Usura, embora geralmente fosse bem menor do que a taxa de inflação vigente.

Não obstante, esses artifícios não seriam suficientes para fazer face aos problemas pendentes. Como vender, por exemplo, um apartamento residencial a prazos de dez anos e mais, usando os artifícios dos consórcios ou dos descontos das letras de câmbio? Operações formalmente muito seguras, como, por exemplo, a venda com a entrega ao vendedor da hipoteca do próprio imóvel negociado, ficavam inteiramente privadas de sentido. Com efeito, com uma inflação de 42,2% (1962), o valor do débito, expresso em moeda do valor do ano-base, teria caído a 17,2%, ao cabo de apenas cinco anos, ao passo que o valor de mercado do mesmo imóvel deixado em garantia, abstraída a pequena depreciação, permaneceria constante. Quebrava-se irremediavelmente a equação econômico-financeira do mútuo. Em tais condições, as vendas de imóveis pouco menos eram do que doações. *Mutatis mutandis*, o mesmo argumento se aplicaria às vendas de bens móveis duráveis com a garantia da reserva de domínio.

O Banco do Brasil e o Banco do Desenvolvimento Econômico tinham também suas operações deformadas pelo mesmo fenômeno, isto é, empréstimos feitos em moeda do ano-base eram resgatados em moeda do ano *n*, de valor real rapidamente tendendo para zero. A correção monetária estava, pois, na ordem natural das coisas.

O impacto que essa medida de capital importância estava fadado a ter sobre os mais variados aspectos da operação do sistema econômico nacional não era percebido com clareza, mesmo pelos espíritos mais lúcidos. Entretanto, um fato colateral devia levar o Estado a tomar a matéria em suas mãos: o fenômeno da *taxa negativa de juros reais*. Efetivamente, embora as taxas de juros das operações de novo tipo — como a implícita aos descontos consentidos para as letras de câmbio — fossem formalmente elevadas, se comparadas com o limite tolerado pela Lei de Usura, ainda assim eram menores do que a taxa de inflação vigente. Noutros termos, mesmo acrescido dos ditos juros, o valor real de liquidação dos empréstimos era menor do que a importância originariamente emprestada.

Segue-se que, se o Estado emitisse títulos nas condições do mercado — ou *consuetudinárias*, como dizia o projeto —, estaria, de fato, expandindo

sua receita. Foi com base nesse raciocínio que persuadi o presidente João Goulart a enviar ao Congresso um projeto de lei que assumiria a forma de Projeto de Decreto Legislativo 156-A/1962. Eventualmente, o referido projeto não teria seguimento, sendo recusado pela Comissão Especial incumbida de apreciá-lo. A recusa se prendeu menos aos méritos do projeto, do que à sua oportunidade política. Segundo me foi dito por um dos deputados oposicionistas que mais energicamente se haviam batido pela rejeição, tratava-se de evitar uma medida conducente à estabilização do governo vigente, acrescentando que a questão seria retomada, mais ambiciosamente, quando houvesse um novo governo, que ele esperava para breve. E, de fato, o novo governo levou o instituto da correção monetária a uma altura que os autores do projeto rejeitado não se atreviam a desejar. Mais uma vez, a excelente direita brasileira cumpre as reformas propugnadas pela esquerda e o faz com um desembaraço que esta nunca teve.

A correção monetária — hoje identificada com o problema da indexação da economia — não era, pois, resultado de uma legislação caprichosa e de um homem de Estado genial, mas fruto de movimentos profundos do sistema. Antes mesmo que amadurecesse na cabeça de um teórico, inclusive este que vos fala, como Minerva na cabeça de Júpiter. A medida veio como se fosse uma coisa irrelevante, que amanhã poderia ser abandonada, se assim conviesse. Muito poucos viram que era uma inovação institucional que interessava ao próprio epicentro da crise, e não uma mudança cosmética. Não deixa de ser comovente ver seu promotor imediato empenhar-se, sem nenhum êxito, na luta por sua remoção, ao longo destes 20 anos.

Havíamos dado um passo decisivo no sentido de conviver com a inflação e de até tirar proveito dela. Uma reforma financeira inconcebível sem este instituto viria incontinente. O “milagre” que se seguiu está inteiro nessa mudança, como o Programa de Metas de JK — o anterior “milagre” — estava implícito à Instrução 70, visto como suas metas eram um reflexo das “categorias”. E o historiador futuro verá no professor Octávio Bulhões o pai da correção monetária e do “milagre do Delfim”, do mesmo modo como identificará no professor Eugênio Gudin o pai da Instrução 70 e do subsequente Programa de Metas. Ignorará as próprias apreciações dessas pessoas de suas obras.

Ora, não foi possível revogar a correção monetária — a qual, ao contrário, estenderia continuamente seu campo de ação — porque não era uma dessas medidas canhestras, de que abunda nossa experiência nos períodos de crise, mas que enchem de natimortos nossos cemitérios legais. Estava na ordem natural das coisas e, uma vez posta em prática, não haveria retorno possível. Não apenas o capitalismo industrial teve na inflação um parâmetro

do seu desenvolvimento. O capitalismo financeiro que está agora a pique de nascer, nascerá sob sua égide.

A correção monetária significava que a equação econômico-financeira do mútuo ficaria preservada durante toda a vida deste, dado que ambos os membros eram multiplicados pelo mesmo fator. Em consequência, as garantias reais, dos tipos hipoteca e reserva de domínio, recuperavam sua plena vigência, o que trazia implícita certa tendência à queda da taxa real de juros. Em prazo brevíssimo, o Brasil viu surgir um sistema nacional de poupança, que se comparava aos mais potentes do mundo. Os investimentos, cobertos com fundos privados, entraram a elevar-se, notadamente na construção residencial, liberando fundos públicos para outras aplicações. Estava criada a escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro.

Como sempre acontece, a crise trouxe uma redistribuição das atividades econômicas, suscitando um novo setor público ao lado de um novo setor privado. A construção residencial, tão importante, num país que expandia sua população urbana a ritmos tão galopantes, teve reforçadas ou criadas suas próprias bases financeiras, por certo sob a supervisão do Estado, via Sistema Nacional de Habitação (SNH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), mas movendo fundos privados em escala sem precedentes. Com recursos antes comprometidos com aplicações no próprio setor público, o Estado empreendeu, noutras áreas, um gigantesco esforço de formação de capital — notadamente no campo da indústria pesada, da energética, dos serviços urbanos, dos transportes pesados rodoviários etc.

Em áreas como a construção residencial, a correção monetária foi remédio necessário e suficiente. Bastou que os institutos enquadradores da garantia real fossem regenerados, para que o sistema reagisse como era mister. Os serviços de utilidade pública beneficiaram-se dos recursos liberados pela construção residencial e áreas aparentadas. Nem sequer nos apercebemos que não podíamos simplesmente transferir uma instituição criada para uma área, para a outra.

Antes de encerrar este capítulo, parece oportuno apreciar as decorrências de longo prazo, não esperadas, nem desejáveis. No início, a correção monetária se fez acompanhar de uma queda ponderável da taxa de inflação e de concomitante elevação a níveis sem precedentes das taxas de expansão do produto interno bruto e da produção industrial. (Quadro II)

É este o “milagre”, em sua expressão mais sintética. A taxa de inflação chegou a cair de 88,4% em 1963, a 15% em 1971, enquanto, no mesmo lapso, a taxa de crescimento da produção industrial passava de 0,2% a 12% e o PIB, de 2,8% a 11,3%. Nessas condições, seria fora de todo propósito res-

Quadro II

Anos	Produção industrial	PIB	Inflação
	% a.a.	% a.a.	% a.a.
1967	3,2	4,8	41,4
1968	15,5	9,3	31,9
1969	10,8	9,0	18,0
1970	11,1	9,5	16,7
1971	12,0	11,3	15,0
1972	12,9	10,4	17,5
1973	16,2	11,4	19,0

Fonte: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976.

pensabilizar a indexação pela inflação, visto que esta estava em declínio, nem tampouco responsabilizar pela inflação o aquecimento da economia, visto como a inflação declinava *pari passu* com esse mesmo aquecimento. Mas não faltou — nem falta ainda — quem o fizesse e o faça.

Post hoc, ergo propter hoc. O bom senso popular não podia ver inconvenientes num quadro tão brilhante, por muito que isso desagradasse ao formalismo dos professores. A correção monetária, em vez de realimentar a inflação, como pretendiam e ainda pretendem estes, aproximava de zero uma taxa de inflação que estivera próxima dos três dígitos. Entretanto, se quiséssemos estender a perspectiva, para abarcar um período maior, não seria difícil descobrir simetrias com outros períodos de nossa história recente, especialmente com o outro “milagre” identificado com o Programa de Metas de JK.

É mais consolador, porém, batizar uma época de vacas gordas com o nome do homem de Estado que acaso esteja, nessa época, no timão da economia. Por isto, esta ganhou o nome de “Milagre do Delfim”, do mesmo modo como o Programa de Metas, de um decênio antes, bem podia ser apelidado de “Milagre do JK”. Não viria menos a propósito, porém, pesquisar raízes mais antigas, demonstrando terem sido Osvaldo Aranha–Eugênio Gudín os verdadeiros promotores do “milagre” dos anos 50 e Roberto Campos–Octávio Bulhões os pais do “milagre” dos anos 60. Isso independentemente da opinião que esses homens façam ou tenham feito do seu próprio trabalho.

Com efeito, Aranha–Gudín não gostariam de ver seus nomes ligados aos notórios “cinquenta anos em cinco” — eles que haviam agido em nome da não menos notória “pausa para respirar”. Não formo idéia do que possa pensar o professor Roberto Campos, mas é claro que Bulhões não gostaria

Quadro III
Economia mundial (crescimento % a.a.)

	Produto interno bruto		Produção industrial	
	1968-73	1973-80	1968-73	1973-80
Mundo	5,7	3,1	6,5	2,5
Mundo capitalista	6,5	2,8	6,2	2,0
Mundo cap. desenvolvido	4,7	1,7	5,5	1,7
Mundo socialista	6,4	6,4	8,5	6,4
América do Norte	3,5	1,9	5,5	1,9
Europa Ocidental	4,8	1,6	5,9	1,6

Fonte: *Statistical Yearbook*, ONU.

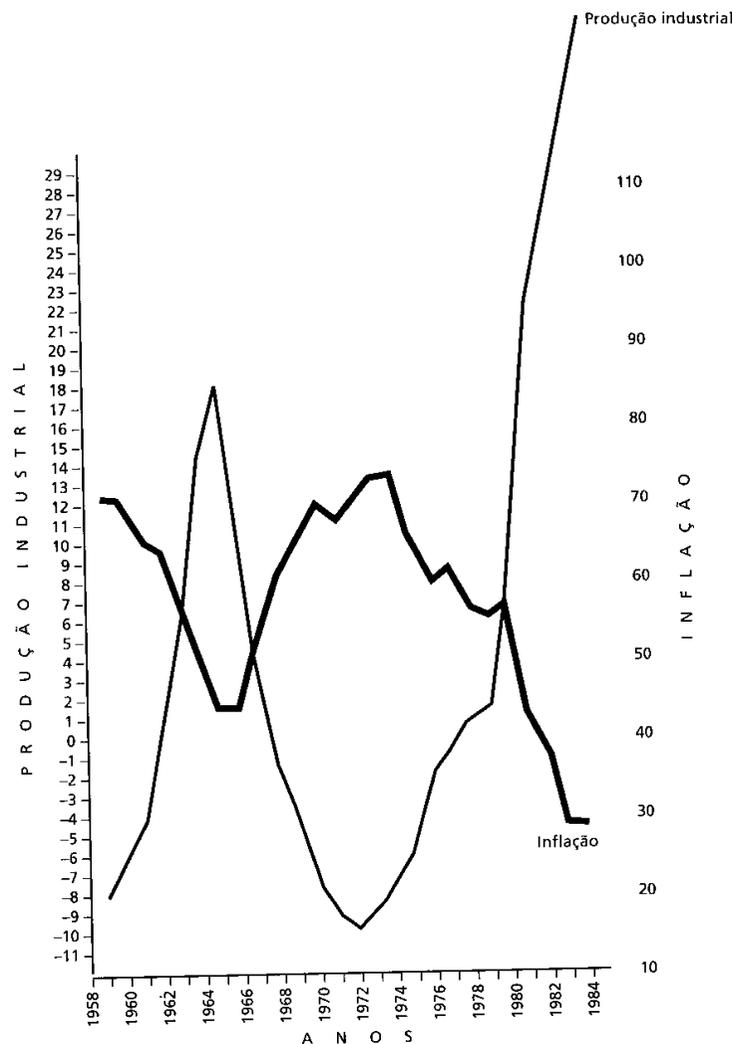
de ver seu nome ligado à correção monetária, mesmo que fosse a propósito de um “milagre”.

De fato, o que houve foi que, no período 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável, resultante da coincidência da fase A do seu ciclo endógeno com a etapa final da mesma fase A do quarto ciclo longo. Onde a correção monetária entra é no fato de que — tal como a Instrução 70, do ciclo breve anterior — fora a peça-chave das inovações institucionais que precedem a abertura dos juglares brasileiros.

É flagrante a diferença de comportamento da economia mundial, nos dois períodos cobertos (1968-73 e 1973-80). É que, a partir de 1973, o mundo (especialmente o mundo capitalista do qual fazemos parte) entrou na fase recessiva do quarto ciclo de Kondratiev, o que se pode ver no Quadro III, acima, tanto na coluna do PIB, como na de produção industrial. Até 1973, a economia brasileira, com seu juglar em fase ascendente, viu-se acelerada, invertendo-se a conjuntura mundial a partir daquele ano. Entretanto, como o período 1973-80 correspondeu, em grande parte, à fase ascendente do nosso ciclo breve, apesar do efeito depressivo do ciclo longo, tivemos um desempenho muito satisfatório — o que nos valeu o apelido de “ilha de prosperidade”. Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965-70 e 4,5% ao ano, no mesmo período 1975-80, no mundo capitalista.

A situação mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do nosso ciclo breve, a do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará em fase recessiva por muitos anos ainda. Foi essa borrascosa crise que desmantelou o regime militar, do mesmo modo como a crise dos anos 60 desmantelou o regime constitucional.

Brasil: 1958-1983



Escala:

Inflação: $\frac{1}{4}$

Produção industrial: $\frac{1}{2}$

Médias trienais móveis:

$$\frac{1 + 2 + 1}{4}$$

Brasil: 1958-1983

Anos	Médias móveis trienais (MMT): (1 + 2 + 1) / 4			Variação dos preços (coluna 2) ^{3,4}		
	Produção industrial ^{1,2} Índice	Var. anual	MMT	Índice	Var. anual	MMT
1957	100			100		
1958	116,2	16,2	12,5	114,2	14,2	20,0
1959	130,0	11,9	12,4	152,5	33,5	24,6
1960	142,5	9,6	10,4	178,9	17,3	27,9
1961	157,6	10,6	9,7	256,9	43,6	36,7
1962	169,9	7,8	6,6	365,2	42,2	54,1
1963	170,2	0,2	3,4	688,2	88,4	75,3
1964	179,1	5,2	1,4	1.254	82,2	80,6
1965	170,5	-5,0	1,7	2.128	69,7	64,5
1966	190,1	11,5	5,3	2.907	36,6	46,1
1967	196,2	3,2	8,4	4.110	41,4	37,8
1968	226,6	15,5	10,5	5.420	31,9	30,8
1969	251,1	10,8	12,0	6.394	18,0	21,1
1970	279,0	11,1	11,2	7.459	16,7	16,6
1971	312,5	12,0	12,0	8.581	15,0	16,0
1972	352,9	12,9	13,5	10.083	17,5	17,2
1973	410,2	16,2	13,6	11.996	19,0	21,2
1974	448,1	9,2	10,1	15.528	29,4	25,7
1975	474,6	5,9	8,3	19.425	25,1	30,6
1976	533,4	12,4	8,6	27.785	43,0	38,7
1977	554,4	3,9	6,9	39.958	43,8	42,1
1978	594,6	7,3	6,2	55.074	37,8	43,1
1979	632,5	6,4	7,0	84.304	53,1	62,3
1980	683,1	8,0	0,85	173.077	105,3	94,2
1981	647,6	-5,5	-0,61	368.881	113,1	106,4
1982	651,3	0,57	-4,3	715.617	94,0	116,5
1983	610,0	-6,8	-4,3	1.895.294	164,8	141,2

Fontes: 1. 1957-70: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976; 2. *Aspectos da Economia Paranaense*, taxas de crescimento, tabela IV, p. 29 (Badep); 3. 1957-76: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976; 4. Restante, *Conjuntura Econômica*.

SURGE O NOVO DEPARTAMENTO I

Como ficou dito antes, a industrialização do Brasil, havendo começado pelas atividades supridoras de bens de consumo (também estudadas sob os nomes de setor B e Departamento II), veio, de ciclo em ciclo, aproximando-se das atividades supridoras de bens de produção, também designadas como setor A ou Departamento I. Tudo isso desenvolvendo-se espontaneamente, sem qualquer intencionalidade — e até sem consciência social clara do que estava acontecendo —, mas muito consistentemente, revelando uma lógica objetiva impecável.

Essa lógica deve ser buscada no fato de que nossa industrialização surgiu espontaneamente, como uma variante dos esforços de substituição de importações a que somos periodicamente impelidos pela economia mundial, através dos ciclos longos ou ciclos de Kondratiev, que alternam fases expansivas, quando somos atraídos para uma participação mais íntima na divisão internacional do trabalho, com as fases recessivas, quando somos compelidos a um esforço de substituição de importações.

Nas fases recessivas, a economia dos países cêntricos limita sua demanda dos nossos produtos de exportação, deprimindo ao mesmo tempo os preços desses produtos, relativamente aos preços dos produtos que os mesmos países nos exportam, agravando nossos termos de intercâmbio. Em definitivo, pois, temos um estrangulamento da capacidade para importar, o que, num país periférico, de economia complementar, corresponde a um grave desajustamento intersetorial. O esforço de substituição de importações sobrevém, pois, como uma reação orgânica.

A economia periférica pode ser estudada como um organismo primitivo, que tem parte do seu corpo dentro e outra parte fora do território nacional. Ora, como acontece aos organismos vivos inferiores, a amputação de uma parte do corpo leva a um trabalho de recomposição dos membros amputados. Na espécie, como o que importávamos precipuamente eram bens de consumo, o esforço de recomposição do organismo econômico devia voltar-se primeiramente para a produção nacional desses bens e assim teria acontecido, mesmo que o Estado cruzasse os braços, deixando que as coisas se desenrolassem espontaneamente — o que, aliás, não aconteceu. Muito precocemente, como resultado de intensa luta política, o Estado tomou as cartas nas mãos, como depois veremos.

Com efeito, na etapa inicial do processo definiram-se — como depois veríamos acontecer, a cada novo ciclo, quando este chega à sua fase recessiva — dois *partidos*, cada qual com sua ideologia própria. A luta travou-se, ini-

cialmente, sob as palavras de ordem: “o Brasil é um país essencialmente agrícola” e “devemos industrializar o Brasil”. Direita e esquerda, no Brasil dos anos 30, significavam, objetivamente, pretender limitar o país ao lugar que lhe fora historicamente marcado de produtor e exportador de produtos primários, especialmente agrícolas, ou ao contrário, desenvolver uma indústria transformadora nacional, roubando uma função antes privativa das potências dominantes.

O fato de a industrialização haver começado pelo Departamento II, com a indústria leve à frente e a indústria têxtil ocupando a posição chave, no seio dessa indústria leve, não quer entretanto dizer que o Brasil não dispusesse de um Departamento I próprio, mas, simplesmente, que este, sobrevivência do passado esforço de substituição de importações, tinha caráter pré-industrial ou artesanal. Como já foi dito, a industrialização não foi nosso primeiro esforço de substituição de importações. Ela foi precedida e preparada, nas condições da fase B do segundo Kondratiev e da Primeira Guerra Mundial, por um esforço de substituição de importações que não se havia limitado aos bens finais ou bens de consumo, mas que deixou uma preciosa herança de produção nacional de produtos intermédios e bens de produção. Vale dizer, herdamos um Departamento I.

Este constava de oficinas mecânicas independentes ou de oficinas anexas a estabelecimentos industriais ou dos serviços de utilidade pública a cargo de concessionários estrangeiros, ou ainda como serviços de apoio aos estabelecimentos militares de terra e mar. As primeiras indústrias leves criadas — fossem fábricas têxteis ou usinas de açúcar — tinham todas esses anexos pré-industriais, formalmente destinados à prestação de serviços de manutenção. Ora, tais oficinas de manutenção extrapolavam, não raro, sua destinação original, contribuindo eficazmente para o crescimento do capital fixo do parque.

Em primeiro lugar, se uma oficina de manutenção duplica a vida útil “normal” de um equipamento, este fato tanto pode ser estudado como o exercício de um serviço de manutenção, como de suprimento de equipamento novo. Pelo menos, do ponto de vista econômico-contábil, visto que, tecnologicamente o equipamento em sobrevida tem a mesma idade do equipamento velho. O mesmo se poderia dizer do equipamento copiado pelas oficinas de manutenção, o qual, com maioria de razão, vem adicionar-se ao capital fixo da empresa e do parque, desbordando as funções das oficinas de manutenção. Muitas vezes encontrei, em fábricas visitadas a serviço do BNDES, ao lado de uma máquina importada, todo um pelotão de máquinas, fiel e habilmente copiadas dela. Seria interessante examinar como a empresa

contabilizou esse investimento — porque é óbvio que é de um investimento em capital fixo que se trata.

Entretanto, se a empresa cometesse a imprudência de, em sua conta de resultados, escriturar o valor incremental do equipamento como investimento, isso a obrigaria, pelas leis de balanço, a demonstrar a origem dos recursos investidos e, visto que não se trata de recursos de terceiros, obviamente são recursos próprios, vale dizer, lucros, isto abriria a empresa a uma tributação de renda que poderia tornar-se esmagadora, suprimindo o subsídio implícito à isenção fiscal, sem a qual essa modalidade de formação de capital tornar-se-ia antieconômica. Assim, a contabilidade da empresa e, por essa via, a contabilidade social deixam de registrar esses investimentos, subestimando a parcela investida da renda, assim como a própria renda. Resta, porém, o duro fato de que empresas que quase não registram lucros crescem a olhos vistos.

Acrescentemos que uma peça importante do primitivo D I era a construção civil, pouco mecanizada, mas muito ativa, como o demonstram as cidades e obras que herdamos. Ora, não raro, o edifício é a metade do novo capital fixo que vai sendo criado.

Finalmente, tanto com a intermediação do comércio exterior como diretamente, atividades formalmente integrantes do Departamento IV podem reforçar o Departamento I, *ad hoc*. Seria fácil organizar uma longa lista dessas atividades. Citarei apenas a agricultura de exportação que, ganhando receitas em moeda externa, expande a oferta de bens de produção; a indústria de bens duráveis de consumo, muitos dos quais são, afinal, máquinas etc.

Sem esse Departamento I, anterior à industrialização ou coevo da indústria leve pela qual começou o processo de implantação do parque industrial brasileiro, a criação do capitalismo industrial seria ininteligível, na ausência de um Departamento I formalmente industrial.

O estudo desse Departamento I pré-industrial é importante, sob vários pontos de vista. Mas, no caso brasileiro, visto como a industrialização foi empreendida sem prévia reforma agrária, reveste-se de especial importância o fato de que, nesse D I, a função básica de produção é fortemente *labour intensive*. Com efeito, o D I pré-industrial é capaz de suprir bens de capital, mas sob certas condições, dentre as quais se destacam, em primeiro lugar, o congelamento da tecnologia e, em segundo lugar, a função de produção intensiva quanto ao trabalho. Se há um caso em que a definição marxista de capital — como trabalho cristalizado — é especialmente verdadeira, é no caso em que o Departamento I do sistema seja pré-industrial: em toda a primeira etapa de nossa industrialização, até o surgimento, recente, de um D I

industrial, tínhamos o paradoxo da implantação de um parque poupador de mão-de-obra, pelo uso de instalações intensivas quanto à mesma mão-de-obra. Por esse motivo, a crise agrária somente assumia formas agudas nas fases recessivas do ciclo, isto é, quando declinava o esforço de formação de capital. Precisamente isso mudou, quando, depois de implantada a indústria leve, empreendemos a implantação da indústria pesada: depois do D IV industrial, um D I também industrial.

Nos 20 anos entre 1960 e 1980, a indústria brasileira esteve desenvolvendo-se nos seguintes ritmos:

Quadro IV

	1960-70		1970-80		1960-80	
	Vezes	% a.a.	Vezes	% a.a.	Vezes	% a.a.
Geral	1,9	6,8	2,3	8,8	4,5	7,8
Química	2,2	8,1	3,0	11,7	6,6	9,9
Metais básicos	2,0	7,2	2,7	10,3	5,3	8,7
Têxtil	1,1	0,7	1,6	4,0	1,7	2,8

Fonte: *Statistical Yearbook*, ONU.

Isto deve bastar para mostrar a tendência geral de mudança da estrutura da economia brasileira. Aumenta o peso dos setores integrantes do Departamento I. Nos anos 70 a expansão da indústria pesada acelerou-se. Alguns desses itens podem ser alinhados como se segue:

Quadro V

	1969	1970	Crescimento (1969 = 100)
Aço bruto (10 ⁶ tm)	4,9	13,9	284
Cimento (10 ⁶ tm)	7,1	23,7	334
Tratores agrícolas	12.562	56.418	449
Automóveis de passageiros	236.893	568.000	240
Caminhões e ônibus	23.893	95.113	398

Fonte: *Anuários Estatísticos*, IBGE.

O surgimento de um vigoroso Departamento I industrial, moderno, afeta o equilíbrio geral do sistema econômico, de várias maneiras. Começemos por estudar o impacto desse fato sobre a oferta e a demanda de mão-de-obra na economia de mercado do país.

Componente conspícua do novo D I é a produção de insumos agrícolas modernos, representados nos quadros supracitados pela indústria química e

pela produção de tratores. Ora, a demanda de bens agrícolas goza de uma elasticidade-renda bem menor do que a de produtos manufaturados. Se a renda social cresce, antes que se torne sensível o aumento da procura de alimentos e outros bens agrícolas, é a de produtos manufaturados que cresce. Não é por acaso que, virtualmente em todo o mundo, as taxas de crescimento da agricultura são muito mais preguiçosas que as da indústria.

Na espécie, essa demanda tende a tornar-se mais preguiçosa ainda à vista do fato de que a indústria está suprindo a economia, em quantidades crescentes, de variado equipamento de conservação de alimentos e outros bens agrícolas, destacando-se as instalações frigoríficas, tanto no nível doméstico, como no dos transportes, da armazenagem e do comércio. Segue-se que uma parcela maior da produção agrícola deixa de perder-se e chega ao consumidor final, isto é, ao nível em que se determina a demanda específica.

Conseqüentemente, se, em vista do novo equipamento fornecido à agricultura, a produtividade do trabalho agrícola se eleva, a mesma oferta bruta pode ser assegurada por um número menor de trabalhadores agrícolas e, mais ainda, por um número menor de horas trabalhadas na agricultura. Esta última circunstância introduz no quadro um importante complicador que adiante discutiremos, ao abordarmos o problema do bóia-fria.

Ora, podemos estudar a redistribuição da população entre a área rural e a cidade, como função, em grande parte, da aplicação de técnicas modernas — químicas e mecânicas, sobretudo. Essa redistribuição, segundo os dados dos nossos censos, seguiu a seguinte linha:

Quadro VI
Movimento de urbanização

	1940	1950	1960	1970	1980
População urbana total (%)	31,2	36,2	44,7	55,9	67,6
Urbanizados no decênio (milhares por ano)	—	590	1.252	2.038	2.839

Fonte: Censos, IBGE.

Esses dados situam o Brasil entre os países mais urbanizados do mundo, com mais de dois terços de sua população residindo no quadro urbano. Se a tendência dos dois últimos decênios se manteve, estamos urbanizando, por ano, mais de 3 milhões de habitantes — mais do que a União Soviética, com uma população de mais do dobro da nossa —, cabendo-nos indagar:

1º) se a cidade está podendo utilizar produtivamente o imenso exército de trabalhadores que lhe chega todos os anos;

2º) se estamos criando a infra-estrutura urbana correspondente — o que seria como criar de nova planta uma Grande Belo Horizonte ou duas Grandes Curitiba, a cada ano.

A resposta a ambos esses quadros é claramente negativa. Primeiramente, o desemprego típico das economias subdesenvolvidas está sendo substituído pelo desemprego propriamente dito, categoria econômica do capitalismo desenvolvido. Quanto ao segundo quesito, não deve haver dúvida de que distamos muito de haver criado as condições mínimas de habitação, de transporte, saúde e outros itens de infra-estrutura, não somente para a população que está afluindo todos os anos, mas também para os cerca de 50 milhões de novos cidadãos, urbanizados nos últimos 20 anos. Assim como quatro Grandes São Paulo.

Dar-se-ia talvez o caso de que as atividades urbanas se tenham tornado mais trabalho-intensivas do que antes, qualificando-se para absorver esse imenso exército industrial de reserva, que o desenvolvimento do capitalismo no campo vai liberando inexoravelmente?

Muito ao contrário, a substituição do primitivo Departamento I pelo novo, especialmente ao longo dos anos 70, significa que a mesma formação de capital supõe agora o engajamento de muito menos mão-de-obra. Os próprios canteiros de obras da construção civil deixaram de operar à base dos formigueiros humanos de antigamente. O pré-moldado, as guias de montagem, o transporte mecanizado de concreto deram a essa indústria uma função de produção muito diferente da de outrora. Tudo isto em vista do surgimento do novo Departamento I, industrial, moderno.

Não seria justo pretender que a ditadura militar tenha dificultado o desenvolvimento da economia nacional brasileira. Ao contrário, é bem possível que o tenha acelerado, levando às últimas conseqüências uma industrialização que, nas condições de uma estrutura agrária arcaica, começava a encontrar seus próprios limites. Levou-nos a um ponto em que o crescimento do “bolo” ficou na dependência de sua prévia redivisão.

Com efeito, a distribuição mais igualitária — ou menos desigualitária — da renda, temporariamente promovida pela elevação da taxa de formação bruta de capital, em conseqüência das mudanças institucionais periódicas, instrumentalizadoras de novo pacote de substituição de importações, já não basta. A crise agrária — e seu corolário, o desemprego urbano — tende a persistir, mesmo que o ciclo ingresse em nova fase ascendente ou, como se convencionou dizer, em novo “milagre”, sendo amenizado somente se o esforço implícito da formação de capital assumir níveis muito altos.

O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

A fase B do quarto Kondratiev abriu-se (1973) com a chamada crise do petróleo que, ao mesmo tempo, traduzia-se por forte crise no balanço de pagamentos de numerosos países importadores desse produto — especialmente no Terceiro Mundo — e na acumulação de saldos sem precedentes em muitos dos países exportadores do mesmo produto.

A economia mundial havia-se ajustado a tal ponto ao uso desse produto energético, que um peso relativamente pequeno do petróleo no balanço energético de um dado país era visto como prova de atraso. O petróleo era não somente a fonte nobre de energia, por excelência, como talvez a matéria-prima mais importante para uma indústria tão dinâmica e decisiva como a química. De uma hora para outra, o preço do barril de petróleo aumentara várias vezes.

A origem da crise do petróleo não está ainda muito clara. Acaso influência das previsões terroristas do Clube de Roma sobre os *Limites do crescimento* (Primeiro Relatório ao Clube de Roma)? O interesse de promover novos investimentos keynesianos (isto é, reativadores da economia) na organização de fontes alternativas de energia, para o que o encarecimento do petróleo seria criticamente necessário, principalmente nos países mais desenvolvidos (energia nuclear, combustíveis sólidos pobres e renováveis, energia eólica, hídrica etc.)?

Sabe-se hoje que as fontes de hidrocarbonetos são muito menos pobres do que supúnhamos àquele tempo, sem falarmos nas fontes alternativas nucleares convencionais (fissão) e não convencionais (fusão). Refiro-me especialmente às reservas descomuns do chamado gelo combustível — um combinado instável de água e metano. Nada disso, porém, justificaria que continuasse o esbanjamento das fontes primárias mais nobres. Mesmo que os recursos em combustíveis fósseis fossem ilimitados, as disponibilidades de oxigênio livre na atmosfera, para queimar tanto combustível, não o seriam. E parece que antes de começarmos a encontrar os limites de oxigênio, os desfalques à crítica camada de ozônio fariam sentir os seus efeitos, pondo em perigo a própria vida no planeta. Mas seria pura utopia supor que uma crise econômica mundial possa ser motivada pelas nobres preocupações com o balanço ecológico futuro do planeta. A crise cíclica, pelo menos nas economias não planejadas, apresenta sempre — como a morte — um pretexto, mas, com ou sem pretexto, acaba sempre por chegar.

Assim, é fora de dúvida que a economia capitalista mundial, depois de um prodigioso período de crescimento, encontrou seus limites. Que estes

tenham sido os indicados pelo Clube de Roma, pode ser posto em dúvida. Mas que certos limites foram encontrados, não há dúvida. O que importa é que o Japão, o mais próspero dos países capitalistas desenvolvidos, depois de haver expandido sua produção siderúrgica ao ritmo de 10,5 milhões de toneladas por ano (1968-73), não apenas parou de expandi-la, como nunca mais voltou ao nível alcançado em 1973. É altamente duvidoso que isso tenha tido alguma coisa que ver com a escassez de combustível, de minério, de calcário ou mão-de-obra. Menos ainda, que tenha faltado equipamento, porque a indústria japonesa, que havia equipado a siderurgia, fazendo-a crescer a tal ritmo, estava intacta.

Os limites, no caso, são de outra natureza. Com efeito, a economia capitalista mundial — ou pelo menos, a da parte mais desenvolvida do mundo capitalista — tinha-se reequipado a base da tecnologia amadurecida nas condições da fase recessiva do anterior ciclo longo e, embora estejamos vivendo um clima de revolução científico-técnica, não amadureceu ainda uma tecnologia tão superior à que acaba de ser implantada, que justifique o sucateamento das instalações não amortizadas ainda. O resultado econômico disso é a queda da eficácia marginal do capital, acarretando o desestímulo aos investimentos, e por isso mesmo, a recessão — a prolongada recessão do ciclo de Kondratiev.

Se há alguma coisa a notar nessa flutuação econômica de longo prazo é a virtual pontualidade com que se fez presente: 25 anos depois de 1948, tido convencionalmente como ponto de partida para a fase A do quarto ciclo longo; 52 anos depois de 1921, ponto de partida para a fase B do terceiro ciclo; precisamente um século a partir de 1873, data admitida como início da fase depressiva do segundo Kondratiev.

Seja como for, o certo é que, a partir de 1973, tudo passou a ser diferente na economia mundial. Não obstante os altos e baixos atribuíveis a ciclos mais breves ou a flutuações menos regulares, o clima de euforia anterior àquele ano cessou. As exportações, em índices de *quantum*, isto é, abstraída a variação dos preços, comportaram-se como se segue (porcentagem ao ano):

Mundo capitalista:	9,1% a.a. entre 1965 e 1973 3,0% a.a. entre 1973 e 1982
Mundo capitalista desenvolvido:	9,6% a.a. entre 1965 e 1973 4,0% a.a. entre 1973 e 1982
Mundo capitalista subdesenvolvido:	7,6% a.a. entre 1965 e 1973 0,4% a.a. entre 1973 e 1982

As coisas se agravaram principalmente a partir de 1979. Com efeito, entre este ano e 1982, as exportações do mundo capitalista deixaram de crescer, as do mundo capitalista desenvolvido apenas cresceram ao ritmo de 2,2% ao ano e as do mundo capitalista subdesenvolvido estiveram declinando, ao ritmo de 6,4% ao ano.

Mas a crise mundial não se reflete apenas no volume físico das exportações. Entre 1960 e 1965, os preços nas exportações mundiais estavam ainda muito estáveis (uma elevação de menos de 1% ao ano), mas, já no período 1965-73, esse índice, que pode ser interpretado como representativo da inflação internacional, elevava-se a 5,8% ao ano e, no período 1973-80, esteve crescendo a 14,7% ao ano. Parece que a inflação, antes fenômeno peculiar à economia de uns poucos países, emergiu como fenômeno de alcance mundial. E, nas relações internacionais, como nas internas, a inflação relaciona-se com a recessão, isto é, com o desaquecimento, não com o aquecimento da economia. Com efeito, os preços internacionais entraram a crescer mais aceleradamente na fase recessiva, isto é, quando a taxa de crescimento das exportações declina, ou quando declinam as próprias exportações.

A taxa de juros, no mercado mundial de capitais, começou a elevar-se no quadro da *longa recessão*, isto é, da recessão do ciclo longo. A princípio, esse fenômeno parecia não ser mais do que a busca de uma taxa real positiva — embora discretamente positiva — para compensar a inflação. Posteriormente, porém, o comportamento da taxa de juros passou a refletir outros fatos, notadamente o índice de solvabilidade do Tesouro dos Estados Unidos. Os descomunais déficits do orçamento do governo federal norte-americano, exigindo o lançamento de papéis públicos, tanto no mercado interno como no mercado mundial, não podiam deixar de erodir a aceitabilidade daqueles papéis, com reflexos sobre a taxa de juros.

Fenômeno semelhante far-se-ia presente no interior da economia brasileira, como reflexo do abuso da capacidade de endividamento do Estado, para o fim imediato de socorrer as empresas públicas concessionárias de serviços públicos e para o fim mediato, mais macroeconômico, de sustentar o esforço de formação de capital do país. A diferença está em que, no nosso caso, temos uma ocorrência meramente nacional, ao passo que a taxa de juros aplicável ao dólar interessa à economia mundial como um todo — sem excluir os países socialistas — porque os Estados Unidos ocupam o centro do centro dinâmico da economia mundial.

Foi nessas condições que o Brasil foi confrontado com uma oferta de capitais sem precedentes. Os capitais nos eram oferecidos sem muito exame, até porque a economia mundial não oferecia muitas alternativas que se afei-

gurassem comparáveis às nossas. Como vimos antes, não era de todo fora de propósito definir o Brasil, aí pelo segundo lustro do passado decênio, como uma “ilha de prosperidade”. Por outro lado, a urgência na reciclagem dos petrodólares não deixava vagues para maiores cuidados.

Com efeito, com a possível exceção do Irã e do Iraque, os grandes exportadores de petróleo eram países de população reduzida, sem condições para um esforço industrial de substituição de importações como o nosso. Vai daí que esses países não eram capazes de engendrar uma demanda de importações que absorvesse seus vultosos saldos em moedas conversíveis, os quais foram encaminhados ao mercado mundial de capitais, deixando os banqueiros no comando de somas enormes para as quais era mister buscar aplicações, até porque uma inflação de 14,4% ao ano, ao penalizar a liquidez, aguilhoa o capital, obrigando-o a buscar aplicações que compensem a erosão inflacionária dos saldos em moeda forte — as quais, afinal, não são tão fortes assim.

A princípio, o aumento do endividamento — no sentido de entradas líquidas de recursos, visto como depois a dívida continuaria a crescer em consequência da capitalização forçosa dos juros — pode ser explicado como resultado da busca de recursos para concluir a implantação do novo parque de indústria pesada do país e investimentos correlatos, mas há muito que estamos importando a crédito coisas que a indústria já criada poderia suprir, ou que poderíamos comprar em países dispostos a aceitar nossos próprios produtos, em pagamento. Mais ainda, nos endividamos, não para pagar as importações correntes, mas para pagar importações antigas, o que nos deixa sem opções.

Nessas condições, o endividamento assume o efeito deletério de *dumping* do mercado nacional, e foi por isso que o esforço em profundidade para produzir os saldos na balança de comércio de 1984 — o que implicava o aumento das exportações e redução das importações — longe de produzir o esperado efeito recessivo sobre a economia, soergueu-a, em medida ponderável, se considerarmos que a tendência anterior era de queda do produto absoluto e, *a fortiori, per capita*. É que, embora temporariamente, o efeito *dumping* viu-se suspenso ou, pelo menos, amenizado.

A experiência do ano de 1984, quando nos aproximamos de um saldo em conta-corrente nulo — que significa que a dívida teria parado de crescer — é muito eloqüente. O esforço para a produção dos saldos, como bem observou o ex-ministro Delfim Neto, não deprimiu a economia e não o fez pela razão apontada pelo ministro, isto é, porque esse esforço traduziu-se em utilização de capacidade produtiva preexistente e ociosa. O que foi ob-

servado foi um soerguimento da economia, que voltou a crescer a uma taxa considerável, nas circunstâncias e, concomitantemente com isso, declinou o índice de desemprego, comportando-se satisfatoriamente outros índices integradores da síndrome da recessão. A própria inflação, que parecia na iminência de tornar-se galopante, estacou bruscamente, se bem que em nível muito elevado, de mais de 200% ao ano.

Parece que, mais uma vez, o FMI equivocou-se com o Brasil, tendo-se espantado com nosso inesperado comportamento. E, também, mais uma vez, está tentando arrepiar carreira, obrigando-nos a dismantelar os mecanismos que instalamos, *por suas ordens*, no sentido de habilitar-nos ao pagamento da dívida. Ora, de longa data, é nesses momentos, quando o imperialismo tenta fazer-nos tornar ao *status quo ante*, que o Brasil dá um salto à frente. A preparação do país para o pagamento das dívidas é, também, um passo indispensável para a afirmação de nossa independência.

Isso não quer dizer, absolutamente, que nos curvemos passivamente perante os credores, aceitando uma dívida assumida em condições iníquas. Mas quer dizer que nos devemos preparar para provar aos credores que podemos arcar com nossos compromissos iníquos. Entretanto, uma vez feita essa prova, seria absurdo satisfazer os ditos compromissos. A dívida, tal como está formulada, não será paga. Com efeito, se não formos capazes de suscitar os recursos para o pagamento, ela não será paga, por força do antiquíssimo princípio de direito de que *ad impossibilia, nemo tenetur*, isto é, ninguém é obrigado a fazer coisas impossíveis. E se, ao contrário mobilizarmos tais recursos, levando a suas últimas consequências o esforço iniciado nos anos finais da ditadura e dos quais esta parece ter-se arrependido nos meses finais, sob a pressão do mesmo FMI em pânico, devemos usar nossa nova força para renegociar tudo.

Temos exemplos clássicos disso. Foi no ato de fazer o Brasil voltar atrás com a Abertura dos Portos — originariamente uma medida destinada a atender aos interesses reinóis, no momento angustioso da inclusão forçada de Portugal no bloqueio continental — que foram suscitadas aqui resistências que culminariam na Independência.

Foi no ato de tentar desfazer as instituições criadas a partir da Instrução 70 da Sumoc — originariamente sopradas ou ordenadas por esse mesmo FMI, com o objetivo declarado de bloquear o esforço de industrialização — que se desencadeou o movimento nacionalista dos “cinquenta anos em cinco”, do Programa de Metas.

Uma situação semelhante se apresenta agora. Obedecendo às injunções do FMI, levamos um país que estava de joelhos a tomar consciência do seu

poder. Ora, seria esdrúxulo que esse poder fosse utilizado, não para a afirmação dos nossos direitos, mas para justificar subserviências. Antes, a capacidade ociosa do país era motivo para elucubrações de alguns teóricos — inclusive deste que aqui vos fala. Mas agora é o motivo da tomada de consciência do seu poder, por toda a nação. Não apenas da nação popular, mas também das classes dirigentes do país e, em primeiro lugar, da burguesia industrial, a única classe amadurecida para o comando do Estado.

Toda a polêmica que apasiona agora o país, e o apaixonará cada vez mais, tem que girar em torno de um problema prático, como os que mais o possam ser: trata-se de saber se o esforço começado pode ser sustentado, até onde e com quanto êxito. Porque o que estava errado não era o fato de haveremos mobilizado recursos para produzir saldos à altura dos compromissos externos, mas o fato de que as fontes usadas são precárias e insuficientes. Trata-se de explorar novas fontes.

Tornaremos a este assunto.

Muitas vezes, empenhamo-nos em eruditas discussões sobre os procedimentos a adotar para levar os credores a uma revisão dos nossos compromissos.

Lembraríamos, por exemplo, que em todo contrato há uma cláusula implícita, que os romanos resumiam em apenas três palavras: *Sic standibus rebus*. Assim, a validade do contrato ficaria limitada à persistência das circunstâncias — o que não é, obviamente, o nosso caso.

Lembraríamos que nenhum projeto pode ser elaborado com confiabilidade, se os preços dos fatores a serem empregados forem imprevisíveis. Ora, a taxa de juros é preço de um fator: o capital. Se esse preço se torna imprevisível, a determinação das funções de produção tornar-se-ia um quebra-cabeça sem solução possível, e o cálculo econômico se converteria em pura fraude.

É claro que, num país como o Brasil, que se esforça por fazer cálculo econômico nas condições de uma inflação de mais de 200%, a estabilidade do preço dos fatores e, em primeiro lugar, do capital, deve ser buscada em termos reais, isto é, deflacionados os preços futuros, não em termos nominais. Assim, o problema da estabilidade da taxa de juros pode ser visto como uma questão de *ordem pública*.

Tudo isso, porém, será irrelevante, enquanto não nos sobrepusermos à necessidade de buscar junto aos credores dinheiro novo para fazer face às necessidades correntes. A única posição que cabe a países que, não por exceção, mas como regra, são forçados a buscar sempre novos recursos de terceiros, é a dos mendigos, isto é, *de joelhos*. Ora, não há direito que se aplique aos mendigos. A mendicância é um estado fora da lei, por definição.

A posição típica do banqueiro é oferecer dinheiro a quem prove poder prescindir dele. Se os atos mais elementares de nossa vida soberana ficarem na dependência da próxima negociação com os credores ou seus auditores, que chance teríamos nós de fazer valer os nossos direitos, por mais elementares e mais bem fundados que fossem?

Conta-se que o jurista e ex-senador e ministro Milton Campos, ao ser interrogado, certa vez como, se ocupasse a posição de presidente do Supremo Tribunal Federal, despacharia uma petição de um presidente da República deposto, pedindo a devolução do cargo, respondeu que seu despacho seria, simplesmente:

— Indeferido, porque pede.

Assim, enquanto não nos sobrepusermos à condição de pedinte, nenhum procedimento, por muito hábil que seja, nos será de maior valia. E a criação de condições que nos habilitem a não termos de pedir que, por paradoxal que isso pareça, nos preparará para pedir com êxito.

Na prática, isso significará que nos devemos preparar para bem usar o potencial produtivo do país. Haverá casos em que essa utilização não poderá prescindir do uso dos canais do comércio exterior, mas o mundo é grande e, a cada dia que passa, desborda mais o limitado grupo de países que, como vimos antes, tendem a fechar-se sobre si mesmos, cada vez mais, levando a cabo uma substituição de importações *a outrance*, com vistas a criar uma autarcia nacional ou de grupos limitados de países.

Ora, o Brasil é hoje um país que dispõe de vigorosa e diversificada indústria de transformação, o que quer dizer que, com a condição de que também procure importar, poderá penetrar com êxito no crescente mercado do Terceiro Mundo, onde essa indústria de transformação é ainda pouco desenvolvida e pouco diversificada.

É claro que esses países também se industrializarão, mas isso é um processo demorado, durante o qual a demanda de importações, longe de declinar, se incrementará.

Por outro lado, há o complexo de países de economia planificada, que representa 40% da produção industrial do mundo — países que fizeram prova concludente de que o plano é um efficacíssimo instrumento de autarcisação. Esses países têm obtido taxas elevadíssimas de crescimento econômico, com coeficientes de abertura pequenos e, muitas vezes, declinantes. É que o comércio é uma via de mão dupla, isto é, para comerciar se fazem mister dois parceiros. Se a outra parte não deseja comerciar, a autarcia se impõe e o socialismo mostrou que sabe fazê-lo — não porque o deseje, mas porque assim se faz mister.

Com efeito, a partir de 1980 (até novembro de 84) importamos da União Soviética o total de pouco mais de meio bilhão de dólares, acumulando um saldo a nosso favor de quase quatro vezes mais. Levanta-se o problema de saber por que limitamos essas importações, e a resposta mais encontrada, isto é, de que o fazemos por motivos ideológicos, não convence. Seria mister explicar também porque limitamos nossas compras à nossa própria indústria nacional, endividando-nos para importar coisas que já podemos produzir — e não há ideologia que explique esse fato.

Concluindo, não é por falta de alternativas que deixamos de limitar nossas importações dos países credores, com vistas à produção de saldos compatíveis com nossas obrigações em juros e amortizações. Essas alternativas estão presentes, em primeiro lugar, dentro do país, que acaba de implantar um vigoroso parque de indústria pesada, complementando o parque que estivemos implantando paulatinamente, a começar pela indústria leve, prosseguindo pelas indústrias supridoras de bens duráveis de consumo. Em segundo lugar, o Terceiro Mundo pode emergir como amplo mercado para nossos produtos manufaturados, em troca de matérias-primas que ainda tenhamos que importar. Finalmente, o Segundo Mundo, ou mundo socialista, obviamente apenas aguarda a expansão de nossas importações para, por sua vez, expandir as suas. Afinal, o planejamento, depois de ter servido para limitar as necessidades do comércio exterior, está servindo agora para fomentar sua expansão.

Tanto para o fim indispensável de organizar a reserva de mercado para sua própria indústria, agricultura e serviços — reserva de que nenhum país, mesmo os mais poderosos economicamente, pode prescindir, a começar pelos Estados Unidos —, como para promover uma nova divisão internacional do trabalho, de acordo com nossos próprios interesses e não de acordo com os dos parceiros externos, os mecanismos tradicionais de defesa da economia devem ser refinados, de modo a permitirem certa medida, ainda que modesta, de planejamento.

As operações tais como, por intermédio da Petrobras, estão sendo estruturadas com países produtores de petróleo, como a Nigéria e o Iraque, devem ser sistematizadas, especialmente no sentido de possibilitar comprometer-se a longo prazo. Ora, é bom que a Petrobras que, afinal de contas, é governo, comece a fazê-lo, servindo-se do fato de que ela tem alguma capacidade ociosa (refino) e amplos campos para investimento, mas as transações desse tipo são impróprias, mesmo para empresas públicas. O comprometimento de vinculações a longo prazo, como é mister, deve ser prerrogativa inalienável do Estado, livre das limitações implícitas à forma empresarial dos serviços.

Como veremos a seguir, a presente crise exige uma redistribuição das atividades entre o setor público e o setor privado, com a privatização de certos serviços muito importantes — isto é, com a conversão de serviços públicos concedidos a empresas públicas, em serviços públicos concedidos a empresas privadas. Mas, como sempre acontece, no próprio interesse da empresa privada, outras atividades devem ser tornadas públicas.

Ora, o mínimo indispensável de planejamento do comércio exterior exige considerável medida de estatização do dito comércio.

O NOVO CICLO BREVE

Entendo a superação da presente crise brasileira — iminente, ao meu ver — como a abertura de novo ciclo breve, cujo conteúdo será o último capítulo da industrialização substitutiva de importações. Como das outras vezes, ao entrar em recessão, a economia apresenta um setor que se desenvolve além das necessidades imediatas do sistema e, conseqüentemente, se constitui em *área de ociosidade*; mas, ao mesmo tempo, como efeito mesmo do crescimento econômico verificado na mais recente fase ascendente do ciclo (e também nas que a precederam), no corpo do sistema, define-se igualmente uma faixa de insuficiências, de estrangulamentos, ou *área de antiociosidade*. É a oposição entre esses dois pólos que cria o motor primário do nosso crescimento, nas condições presentes. Uma oposição, ou união dialética — o que é outro modo de dizer a mesma coisa.

Nossas cidades cresceram enormemente — o correspondente a quatro Grandes São Paulo atuais, somente nos últimos 20 anos. Essas gigantescas cidades terão que ser reconstruídas, principalmente por baixo — porque nossas cidades, vistas a vôo de pássaro, são ciclópicas, mas falta quase tudo por baixo dessas construções ciclópicas, desde centenas de quilômetros de metropolitanos a simples serviços de água e esgotos. Nossa economia terá que mover agora massas enormes de bens, desde minérios a produtos acabados, prontos para o consumo, e isso não poderá ser feito sobre rodas de caminhões, mas de trem. Finalmente, a nova agricultura capitalista, que está substituindo o latifúndio feudal, deverá resolver graves problemas, a começar pelo destino a dar ao tempo de trabalho de cada família agricultora, na entressafra ou tempo morto (o que será objeto do próximo capítulo) etc.

Em suma, embora tudo isso não se possa classificar, ao pé da letra, como substituição de importações, são substituições de importações virtuais, pois correspondem a necessidades criadas historicamente no processo de implantar a indústria substitutiva de importações. Trata-se do coroamento da obra.

Depois, será novo capítulo de nossa história nacional — uma nova dualidade (a quarta) — incompatível com as sobrevivências feudais de nossa estrutura agrária. Mas, cada coisa ao seu devido tempo.

O caráter que distingue as atividades a desenvolver prioritariamente, agora, é o fato de que se trata de *serviços de utilidade pública*, a forma mais avançada de capitalismo de Estado. Criados historicamente como serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras, foram, como caso geral, convertidos em serviços públicos de administração direta (as *régies directes* dos franceses). Entretanto, mais ou menos rapidamente, conforme as circunstâncias, essas *régies directes* foram convertidas em serviços públicos concedidos a empresas públicas.

Nada disso aconteceu por acaso, mas como desenrolar de um processo histórico que obedecia a leis internas. Não se tratava de uma questão de nossas preferências, mas de imperativo da própria vida. Acontece que os serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras deixaram de resolver os problemas impostos pelo nosso próprio desenvolvimento. Uma indústria que, entre 1938 e 1980, cresceu 27 vezes — tanto quanto a indústria soviética —, e um país cuja população urbana passou de 31,2% a 67,6% do total, entre 1940 e 1980, o que implicava urbanizar 67,6 milhões de pessoas nesse mesmo período, não podia ficar na dependência das eventualidades da captação de recursos no mercado de capital dos países cêntricos. Tanto mais quanto empenhados num esforço de industrialização substitutivo de importações — desencadeado por uma contração brutal da capacidade para importar, que reduzia inexoravelmente o coeficiente de abertura da economia —, nossa capacidade de fazer frente a compromissos de remessas de lucros tendia a estreitar-se cada vez mais.

Assim, a captação de recursos, para a expansão indispensável dos serviços, tinha que se voltar para o interior, isto é, para o lugar em que se ia engendrando, à sombra da referida industrialização substitutiva de importações, uma oferta, cada vez mais abundante, dos insumos necessários, desde a mão-de-obra até os bens de equipamento.

Se há um lugar onde se fez presente precocemente o Departamento I pré-industrial referido, esse lugar foi o dos serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras. Estas compreenderam cedo que os equipamentos estrangeiros — cuja importação se ia tornando cada vez mais difícil, à medida que a economia se voltava sobre si mesma, estrangulando seu coeficiente de abertura — podiam ganhar uma sobrevida considerável, por efeito de uma conservação que acabava por criar capital fixo novo. Ora, essa conservação podia ser paga, cada vez mais, com dinheiro nacional, já que implicava com-

prar mão-de-obra e outros insumos nacionais. À nacionalização física dos serviços, insumo após insumo, deveria corresponder uma nacionalização do próprio capital.

As primeiras tentativas de institucionalizar esse processo de nacionalização dos serviços, pela via dos custos, tomaram a forma de uma transferência mecânica dos institutos estrangeiros, representativos do capitalismo financeiro dos países cêntricos, mas é claro que os êxitos dessas tentativas foram muito escassos. Afinal, num país onde o capitalismo industrial mal nascia, os institutos do capitalismo financeiro desenvolvido não tinham chance de enraizar-se.

Restava, entretanto, o fato de que o processo de nacionalização física prosseguia, inexoravelmente, com a colaboração dos próprios concessionários estrangeiros. Era mister encontrar instituições condizentes com a nova origem do capital.

Por aproximações sucessivas, fomos chegando à solução do problema, que tomaria a forma do instituto dos *serviços públicos concedidos a empresas públicas*. Contrariamente aos serviços públicos de administração direta, que apenas dependiam do imposto para formar o próprio capital — imposto formal, cobrado pelos guichês do tesouro público, e tarifa além do custo do serviço, consentida pelo Estado, cobrada pelos guichês do próprio serviço —, as novas empresas públicas podiam recorrer a nova fonte, a saber a captação de recursos de terceiros, como antecipação dos impostos formais e informais.

Como o relator das leis que ficariam como protótipos desse instituto — a Eletrobrás —, confesso que não percebi, de início, o alcance dessa pequena diferença. Como confessei na introdução a este trabalho, foram necessários o bom senso e a sabedoria de J. Soares Pereira, para eu começar a senti-la, ainda assim subestimando-a. Não obstante, no fundo, minha observação era válida — e Soares Pereira não pôs essa validade em causa. Chegamos agora ao momento em que uma severa crise, que alcança todos os aspectos da economia, aí está, para pôr em causa o próprio instituto da concessão de serviço público a empresa pública. É, obrigatoriamente, por aqui que devemos desfazer o nó górdio de nossa crise presente.

A correção monetária, a mudança institucional básica do passado quartel de século, permitiu a reconstrução das cidades em novas bases e, também, a implantação da indústria pesada, a qual, afinal, é uma atividade supridora de bens duráveis que, nas condições da persistente inflação, não podem ser comercializados sem um instituto como este. As soluções alternativas apresentadas são falsas soluções, visto como em última instância, implicam su-

por inexistente o problema que queremos resolver. As novas propostas, tanto as que pretendem acabar com a indexação da economia, como as que pretendem implantar uma moeda monetariamente corrigida, são variantes da mesma utopia que pretende levar-nos a um maravilhoso mundo de faz-de-conta, onde a inflação deixa simplesmente de existir, como se fosse, não um duro problema econômico, mas simples fato psicológico que, psicologicamente, por efeito de misteriosas reversões de expectativa, como um sonho que a luz do sol desfaz, volta ao nada, de onde partiu.

Ora, a inflação não é um sonho, nem se resolve com encantamentos. É um fato econômico essencial, que só economicamente pode ser tratado. E não é certo que seja apenas deletério. Seria um interessante exercício indagar que percentagem dos investimentos implícitos à prodigiosa expansão da indústria que tivemos, nos últimos decênios, ou implícitos à urbanização de mais de 50 milhões de pessoas, nos dois últimos decênios — por muito baixos que sejam os padrões dessa urbanização — teria tido lugar nas condições de uma moeda bem comportada. O que a realidade nos mostra é que as únicas moedas realmente estáveis do mundo moderno são as do mundo socialista — e não todas, mas somente as dos países que se mantêm fiéis aos esquemas leninistas de planejamento.

É interessante notar que a correção monetária teve origem, precisamente, nos serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras, na legislação que permitia o cômputo da diferença cambial para o cálculo do investimento remunerável e, portanto, da tarifa. Subseqüentemente, o alcance do instituto não deixou de ampliar-se, mas encontrou seus limites naturais ao estender-se ao campo dos serviços de utilidade pública.

Com efeito, o imobilizado dos serviços de utilidade pública não pode ser alienado senão com a participação do Estado, já que, como investimento, pesa decisivamente no cálculo da tarifa e, mais ainda, como consequência técnica de sua destinação exclusiva. Que sentido haveria em levar a hasta pública um quilômetro de linha subterrânea do metropolitano? A que credor interessaria fazer-se senhor desse item do ativo imobilizado, mesmo que, por absurdo, a legislação não opusesse óbices?

É este fato elementar que limita o uso de recursos de terceiros na criação do capital fixo dos serviços públicos concedidos a empresa pública à mera antecipação de recursos fiscais e para fiscais futuros. E é essa a limitação que está bloqueando a retomada do desenvolvimento da economia. Com efeito, sendo os serviços públicos o último setor da economia carecido de investimentos para se situar ao nível da economia como um todo, esse problema nem pode ser ignorado, nem contornado.

O apelo a recursos de terceiros — nacionais ou estrangeiros — como antecipação de recursos fiscais e para fiscais, foi usado abusivamente. A brutal elevação da taxa real de juros, o que converte a fixação da tarifa como serviço pelo custo num problema sem solução plausível, é a resposta da vida real a esse abuso. Mais uma vez esse problema econômico essencial, que exige solução econômica e institucional, é tratado, como no caso da inflação, como num jogo de faz-de-conta. Supostamente, bastariam certos artifícios monetários — certa licença monetária — para resolvê-lo, mesmo ao custo da promoção de alguma inflação.

Ora, o problema consiste em recriar o essencial instituto da garantia real. Há 20 anos esse problema se apresentou para a comercialização dos bens duráveis, como foi discutido antes. Como esses bens, notadamente os bens imóveis, podiam, legalmente e de fato, ser dados em pagamento, também podiam ser oferecidos em garantia. Assim, a correção monetária removia o único obstáculo realmente intransponível, pois deixava sem sentido a equação econômico-financeira dos mútuos. No caso, portanto, a correção monetária era a solução necessária e suficiente.

Mas não é este o caso dos serviços de utilidade pública. A correção monetária, enquanto persistir a inflação — e ela não desaparecerá pela mágica dos encantamentos velhos e novos —, continuará a ser necessária, mas não será suficiente, porque a estrutura do mútuo continuará privada de uma peça essencial, que é objeto de todo o direito de garantia. Com efeito, a hipoteca — e é dela que se trata, visto tratarmos de bens, não somente duráveis, mas muito duráveis —, se usada nas presentes condições, é tecnicamente fraudulenta e, visto como não enganará mais a ninguém, será um expediente vazio.

Legalmente, e também por exigência técnica, a hipoteca somente poderá ser eficaz no caso de ser o Estado o seu tomador. Entretanto, como a empresa pública é, ela também, Estado, o oferecimento da garantia hipotecária por ela fica privado de sentido, porque, em última instância, o Estado estará oferecendo a hipoteca a si mesmo. Aqui está o problema a resolver, em sua forma mais sintética.

As condições atuais do Brasil são muito diferentes das que vigiam ao tempo em que foi mister nacionalizar o capital dos serviços de utilidade pública, já que os insumos do investimento nos mesmos serviços, por iniciativa dos próprios concessionários estrangeiros, haviam alcançado um nível elevado de nacionalização. Naquele tempo, como o capitalismo industrial apenas começava a desenvolver-se, as condições para o capitalismo financeiro inexistiam ainda. Entrementes, essas condições, no essencial, foram cria-

das, de modo que a conversão da concessão de serviços públicos a empresa pública em concessão de serviços públicos a empresa privada já não apresenta os óbices intransponíveis de há 30 ou 40 anos.

O Brasil ganhou, com efeito, no último quartel de século e, principalmente, no último decênio, um vigoroso Departamento I, com a indústria pesada como núcleo. Se for instrumentalizada uma demanda de bens de investimento a essa indústria, que dispõe de abundante capacidade ociosa, nas empresas do ramo, formar-se-ão excedentes de caixa à busca de aplicação. O problema central consiste em oferecer a essas empresas papéis válidos, bem garantidos e, como o setor a desenvolver são serviços de utilidade pública, os ditos papéis devem ser emitidos pelos concessionários desses serviços.

Os atuais concessionários — as empresas públicas — não poderão fazê-lo, pelo motivo indicado. Entretanto, se a concessão passa a um titular privado, este poderá emitir títulos hipotecariamente garantidos, graças à intervenção do Estado, como tomador da hipoteca — trocando-a pelo seu aval, usando o consagrado instituto da *acceptance*. Com o aval do Estado, os títulos serão lançados ao mercado.

À primeira vista, nada haverá mudado, visto que atualmente os serviços de utilidade pública já estão levantando recursos de terceiros com o aval do Tesouro, mas, como vimos, por detrás desse aval, o que existe, de fato, é o comprometimento de recursos fiscais e parafiscais futuros — expediente usado com muito êxito, no passado, mas abusado em nossos dias. Agora, o Estado, sem renunciar à sua posição de poder concedente, ao trocar o seu aval pela hipoteca oferecida pelo concessionário privado, terá sua posição enormemente fortalecida pela sua emergência como credor hipotecário.

Segue-se que, em caso de inadimplência, o Estado, como credor hipotecário, tomará os bens ao concessionário e, como poder concedente, tomar-lhe-á a concessão. Compreende-se que a excussão da garantia não será, para o Estado, a operação privada de sentido, que seria para o credor privado. Imitando-se na propriedade e na posse do bem dado em garantia, o Estado não tenciona dar-lhe uma destinação diferente da que tem na origem, mas, diretamente, ou através de novo concessionário, dar-lhe a mesma destinação primitiva. Não se apresenta o obstáculo técnico antes referido.

Uma importante questão colateral é a de saber que repercussão terão essas medidas sobre o processo inflacionário. São medidas destinadas a suprir recursos aos grandes serviços de utilidade pública — ora estatizados, mas que devem deixar de sê-lo —, imprimindo vigoroso impulso ao capitalismo financeiro brasileiro, como coroamento necessário do processo de industrialização, uma vez vencida a etapa da criação do Departamento I industrial, do sistema.

Já há quase 20 anos, em seguida à institucionalização da correção monetária, muitos pretenderam que a inflação seria realimentada e exacerbada. Em vez disso, vimos como, no processo de reativação da economia, a taxa de inflação, antes próxima dos três dígitos, declinou a níveis inferiores a 20%. E vimos também como, com surpreendente pontualidade, a taxa de inflação sobe ou baixa como função inversa da conjuntura, elevando-se, quando esta cai, e caindo quando esta se eleva. Não há por que temer que isso não se repita agora, isto é, que a taxa de inflação não decline quando, em consequência dos investimentos em perspectiva, a conjuntura voltar a elevar-se, abrindo nova fase A do ciclo endógeno.

É muito cedo ainda para prognosticar o futuro distante do fenômeno da inflação, no Brasil. É possível que um dia a presente correlação entre a conjuntura e a inflação se modifique, voltando a ser o que antes foi, e que deixou de ser, mas não há nenhuma razão para esperar que isso esteja na iminência de acontecer. Em especial, a estrutura oligopólica da economia, se alguma mudança promete, é no sentido de reforçar-se.

A suposição de que o capitalismo brasileiro esteja a caminho de recompor a competição perfeita — caso em que a presente correlação entre a conjuntura e a inflação dificilmente se poderia manter não tem coisa alguma que a corrobore. Se me pedissem para arriscar um prognóstico nessa matéria, eu diria que nossa inflação somente será dominada pelo planejamento, que é um estado de coisas pós-oligopólico e não pré-oligopólico. Um planejamento sem monopólio é uma contradição em termos. Mas, como nada há, no horizonte próximo, que justifique as expectativas de algo mais do que um mero planejamento indicativo — que não seria remédio para esse mal —, recomendo, como pura questão de bom senso, que aprendamos a conviver melhor com a inflação, do que no passado, porque ela se exacerbou todas as vezes que a economia entrou em fase recessiva.

Nesta matéria, os formalismos vazios estariam fora de propósito. Toda vez que a economia entra em fase recessiva, antes mesmo, às vezes, da produção declinar, a taxa de inflação se eleva e, ao fazê-lo, sustenta o esforço de formação de capital, o qual declina suavemente e não abruptamente. E este é um relevante serviço, de importância difícil de exagerar.

O PACTO FUNDAMENTAL DE PODER

O Brasil vive os momentos finais da terceira dualidade: uma aliança sob a hegemonia da primeira, entre a classe dos latifundiários feudais, surgida como dissidência progressista da classe dos senhores de escravos, com a

Abolição-República, e a novel classe dos capitalistas industriais, surgida para o poder, em 1930. Esta última classe, agora em plena maturidade, não pode não aspirar à hegemonia e, para isso, prepara-se para uma aliança com o jovem latifúndio capitalista, dissidência progressista da classe dos latifundiários feudais. Esse novo pacto de poder caracterizará a quarta dualidade.

O latifúndio feudal, no seu meio século de hegemonia, suscitou uma liderança de alta qualidade e promoveu energicamente a industrialização do país. Claro, uma industrialização que não pusesse em causa suas próprias prerrogativas, estruturadas a base do monopólio da terra. Energicamente sufocou no nascedouro todas as pretensões à reforma agrária, mas, contrariamente ao que julgávamos nós, os revolucionários dos anos 30, essa reforma não era uma condição essencial para a industrialização.

Como busquei expor, nas páginas deste pequeno livro, o que conciliava o latifúndio feudal com a industrialização eram os fatos gêmeos de que, primeiramente, a industrialização tinha caráter de substituição de importações — processando-se escalonadamente, setor após setor —, o que quer dizer que o esforço de formação de capital do sistema podia desencadear-se, mesmo na hipótese de insuficiência da demanda global, desde que houvesse insuficiência da oferta específica de um grupo historicamente determinado de produtos e, em segundo lugar, o fato de que, procedendo-se a industrialização de cima para baixo, isto é, a começar pela indústria leve, o multiplicador de emprego do esforço de formação de capital era muito elevado.

Essas duas condições começam a não se fazer mais presentes. Primeiramente, porque a industrialização — com a exceção ainda dos grandes serviços de utilidade pública, nos quais ainda se verificam graves insuficiências, capazes de instrumentalizar vultosos investimentos — já está alcançando todo o sistema, quebrando-se o esquema da industrialização substitutiva de importações. Em segundo lugar, porque a economia dispõe agora de um vigoroso Departamento I, isto é, de uma potente indústria produtora de bens de produção, o que quer dizer que o multiplicador de emprego do aumento dos investimentos tende a ser muito pequeno.

Eu estava pensando nessas coisas quando fui chamado por um dos dois inquéritos policiais militares (IPMs) que me distinguiram com seus cuidados, em 1964. Refiro-me ao IPM do BNDE (atual BNDES). Queria o coronel saber da minha opinião sobre a “revolução” que eles, os militares haviam feito, ao que respondi que as revoluções mudam os pactos fundamentais de poder das sociedades, ao passo que aquele movimento tinha por objetivo sustentar um pacto que começava a apresentar sinais de senectude. Entretanto, meu parecer era de que o pacto então vigente ainda não havia esgota-

do suas virtualidades, o que, mesmo sem justificar, explicava o movimento de 31 de março. E acrescentei que, ou muito me enganava, ou os mesmos militares, depois de sustentarem com êxito o regime baseado no referido pacto de poder, virariam a mesa, preparando o advento de novo pacto. Isso já nos havia acontecido e, provavelmente, voltaria ainda a acontecer no futuro.

Expliquei que, de todas as políticas, a economia é a que mais me interessa, e que, visto o problema sob este ângulo, o regime anterior a 31 de março não me satisfazia. Não que os próceres desse regime fossem culpados pela crise que sacudia o país. Esta resultava de movimentos profundos do sistema — movimentos que, alternadamente, nos projetam nas delícias das fases ascendentes dos ciclos, ou nas agruras da recessão. Se alguma culpa havia era o fato de não se situarem corretamente frente à conjuntura. Havíamos criado uma potente produção de bens duráveis e não cogitávamos dos problemas implícitos na comercialização desses bens etc.

Quanto às perspectivas para futuro próximo, achava que poderia ser otimista. A economia dispunha de um estoque considerável de capacidade ociosa e, para pô-lo em evidência, faziam falta medidas suficientemente conservadoras para que pudéssemos esperar por elas, partindo de homens como Roberto Campos e Octávio de Bulhões, os ministros da área econômica da época. Afinal, a indústria brasileira deixara, havia muito, de ser um sonho de revolucionários, passando a ser uma dura e conservadora realidade. Na espécie, os interesses fundamentais da sociedade e os das indústrias de automóveis, de bens duráveis e de imóveis, coincidiam plenamente.

Nos arraiais da esquerda — inclusive nos cepalinos — predominava, na época, o parecer de que, sem investimentos, que não se vinham fazendo, o incremento do produto, se viesse, seria muito modesto. Eu achava, porém, que os investimentos eram necessários, por certo, para criar nova capacidade produtiva, mas, em primeiro lugar, para engendrar demanda para a capacidade produtiva já criada. Em suma, o “milagre” estava em minhas cogitações.

Das duas realizações fundamentais do Brasil sob a ditadura militar, de uma, já falamos o mínimo necessário para dar conta do recado que esta editora me encomendou: falar da economia brasileira nos dois decênios da ditadura. Refiro-me à criação do novo Departamento I industrial que ficará ligado ao nome de Geisel. A outra, consiste na criação do novo latifúndio: o latifúndio capitalista. Como de costume, o regime criou seu coveiro.

O capitalismo agrícola brasileiro nasceu e cresceu como uma simples variante do latifúndio feudal tradicional. Apenas, as condições eram outras, e o monopólio da terra estava jurídica e economicamente erodido. Já não se

cogitava mais da imposição do princípio *nulle terre sans seigneur* — sem o qual não há feudalismo — mas da especulação fundiária. A terra se convertera em ativo mobiliário, sendo retida com o mesmo espírito com o qual especulamos com os títulos mobiliários da bolsa. Isto era resultado inevitável do fato de que o latifúndio feudal não apenas coexistia, como promovia o desenvolvimento do capitalismo industrial.

A princípio, as influências do sócio feudal (e hegemônico) sobre o sócio capitalista (sócio menor) foram dominantes. A indústria teve que desenvolver-se nas condições de um direito corporativo, que dava um caráter impróprio, mas muito eficaz, a um parâmetro tão decisivo como o mercado de mão-de-obra. Além disso, tinha que operar nas condições de um aparelho de intermediação financeira francamente usurário, isto é, medieval. Noutros termos, o capitalismo desenvolvia-se em condições que não lhe eram próprias.

Agora, isto é, no período da ditadura, as condições se invertiam. A nova tecnologia agrícola, à qual a nova indústria nos ia dando acesso, subvertia inteiramente as condições em que tinha que operar o latifúndio feudal:

- (a) em primeiro lugar porque, em consequência de novos equipamentos e técnicas, a produtividade do trabalho agrícola elevava-se radicalmente, suscitando o aparecimento de uma mais-valia relativa, que subvertia as relações de trabalho;
- (b) em segundo lugar, porque a acessibilidade e habitabilidade das terras subvertia as condições de operação do mercado fundiário;
- (c) em terceiro, porque a nova tecnologia tornava agricultáveis glebas que não o eram antes, subvertendo o balanço entre a oferta e a demanda de terras e, inclusive, reduzindo as áreas de atrito entre o patronato agrícola e as massas rurais.

Com efeito, o velho latifúndio raramente intervinha diretamente no processo produtivo. A técnica agrícola era a mesma nas terras do latifúndio entregues ao agricultor individual, ou em terras próprias, que este tivesse. As duas classes sociais se antepunham, uma à outra, irreconciliavelmente, porque as duas classes se interessavam pelas mesmas terras, as únicas que se prestavam à agricultura, com a tecnologia disponível para ambas. Ora, visto sob este ponto de vista, o Brasil, apesar de sua enormidade territorial, era um pequeno país. Toda a hileia, todo o cerrado, não contavam para o Brasil agrícola de então. Mesmo o pampa e a caatinga apenas contavam precariamente, para uma agricultura miserável ou para uma pecuária extensiva.

Isto mudou radicalmente, ao longo dos dois decênios da ditadura militar. Quando, pela intermediação de Magalhães Pinto, então governador de

Minas Gerais, eu obtive do governo federal a criação de uma entidade incumbida do estudo do cerrado, nem mesmo eu me atrevia a esperar os brilhantes resultados que seriam alcançados depois. Mas eu estava pensando em fazer intervir nas batalhas de classe em torno da terra uma variável tão importante quanto esta, isto é, tornar superabundante o pomo da discórdia. Com efeito, que interesse pode ter o camponês pela terra do cerrado, que não pode ser explorada com a técnica ao seu dispor? Por certo haverá outros conflitos, mas estes serão conflitos de outra natureza, que não podem ser dirimidos agora e que encherão outro estágio do desenvolvimento do país.

O empresariado agrícola tende a confrontar-se, nas inevitáveis batalhas de classe com o campesinato, do mesmo modo como o empresariado industrial se confronta, nos seus choques com o proletariado urbano, até porque, do seu ponto de vista, os trabalhadores agrícolas são assalariados.

Não obstante, uma considerável diferença se faz presente, aqui. Os trabalhadores agrícolas, com poucas exceções, são semiproletários. Isso, porque, ao contrário da fábrica, que utiliza a mão-de-obra estavelmente, ao longo de todo o ano, a fazenda capitalista somente utiliza parte da mão-de-obra total da família camponesa e, sobretudo, por parte do ano. Fica em suspenso, portanto, o problema de saber que fará a família da parte de sua mão-de-obra que não é utilizada e do tempo morto da mão-de-obra que a fazenda capitalista utiliza.

Não se trata de um problema que interesse apenas à família camponesa, mas a toda a sociedade, inclusive ao próprio empresariado capitalista agrícola. De fato, se a família utiliza apenas parte de suas disponibilidades de mão-de-obra, é mister que, pelos dias trabalhados, pela parte empregada da família, esta receba um salário que baste para sustentar toda a família, por todo o ano. Se isso não ocorre, a família se desagrega, lançando a um mercado de trabalho já congestionado pelo excesso de mão-de-obra uma força de trabalho que, entre outras coisas, representará uma ameaça à ordem pública.

O Brasil não é o primeiro país a defrontar-se com esse problema. Onde quer que a agricultura se apresente como uma atividade de acentuada sazonalidade, esse problema surge, colocando como questão vital o problema do que fazer com as sobras de força de trabalho e tempo de trabalho.

Esse não era, entretanto, problema que se apresentasse à agricultura tradicional, nos quadros do latifúndio feudal, surgido da desagregação da fazenda de escravos. É que a família camponesa tinha aí o uso estável de uma parcela de terra pertencente ao senhor, para o duplo fim de produzir o que interessasse a este e produzir o que interessasse ao autoconsumo da própria família. Esta dividia seu tempo entre a produção de excedentes, que eram

destinados ao pagamento das obrigações ligadas ao uso da terra alheia e ao mercado, além da produção de bens e serviços para autoconsumo. Era a economia do complexo rural.

Esse pacto, entre o barão e o servo de gleba, entrou há muito em crise, no Brasil, de modo que a família camponesa, privada da ocupação estável de uma parcela na qual implantasse a casa e organizasse a produção de autoconsumo — não necessariamente agrícola — fica na dependência do salário. A renda monetária da família geralmente cresce, no processo, mas insuficientemente para compensar a perda correspondente à produção para autoconsumo que, por falta de suporte territorial adequado, desaparece.

O primeiro e, por vezes, o mais importante item dessa produção para autoconsumo é a própria casa. Agora, o salário deve cobrir o aluguel de casa alheia, o que corresponde a uma importante dedução da renda familiar. Mas há ainda outros itens: agrícolas, como a produção de frutos e hortaliças; e não-agrícolas, como a confecção de roupas, geralmente dependente da ocupação estável da casa.

Essa produção, tanto agrícola como não-agrícola, geralmente escapa à contabilidade social, a qual, de preferência, cuida da produção que passa pelo mercado. Podemos, assim, assistir ao paradoxo de uma produção crescente, combinada com uma indigência também crescente. Mas, de algum modo, será mister; ou assegurar o pleno uso das disponibilidades de mão-de-obra, ou criar condições para que a própria família assegure o pleno emprego da força de trabalho.

Este é um problema de tal modo fundamental que se apresenta tanto em países capitalistas, como nos países socialistas. A coletivização da agricultura, nestes últimos, fez-se acompanhar do oferecimento ao agricultor coletivizado de um pequeno lote de terra em que pudesse organizar essa produção complementar e, aquilo que se pensou ser um expediente temporário, persistiu, depois de meio século de coletivização. Parece que o próprio proletariado urbano e suburbano está tomando interesse pela participação nesse esquema. A experiência mexicana está a merecer cuidadoso estudo, de nossa parte.

Pode-se perguntar por que um problema de solução tão óbvia permanece sem solução. De resto, no processo de transição da agricultura tradicional para a moderna agricultura capitalista foram aventadas soluções. Por exemplo, a lavoura canavieira nordestina costumava dividir a terra entre a produção para autoconsumo do camponês e a produção para o “engenho”. Mesmo o estatuto da lavoura canavieira prevê um lote de terra para uso do “agregado”, mas essas soluções são incompatíveis com a moderna agricultura capi-

talista, porque estabelecem *relações pessoais* entre o fazendeiro e o trabalhador, dificilmente conciliáveis com as relações do salariedade. Com efeito, como fazia sentir o senador Milton Campos, presidente do grupo de trabalho, criado por memorando presidencial de 18 de abril de 1961 (Jânio Quadros), é próprio das relações salariais a instabilidade, para que ambas as partes guardem o máximo de independência, uma em relação à outra, ao passo que a ocupação de um lote, para ser eficaz, deve ser muito estável. Por falta do atendimento dessas condições, os lotes oferecidos pela lavoura canavieira geralmente são deixados ao abandono.

O anteprojeto de lei submetido a 17 de janeiro de 1962 pelo grupo de trabalho — do qual eu participava — ao então presidente do Conselho de Ministros, dr. Tancredo de Almeida Neves, em seu Capítulo XI, “Dos trabalhadores rurais”, propunha:

Art. 38. Aos trabalhadores do campo, atendidas as peculiaridades do meio rural, será aplicada a legislação trabalhista ordinária, até que seja promulgada legislação especial a respeito.

Art. 39. Em casos excepcionais e nas regiões de predominância da monocultura, em que ocorrer ocupação estacional de mão-de-obra, a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) poderá criar, organizar, controlar e distribuir, entre os trabalhadores rurais, pequenas unidades de subsistência, próximas das plantações e independentes da propriedade.

Essa independência da propriedade era considerada essencial, pela razão indicada pelo grande jurista presidente daquele grupo de trabalho. Tratava-se de evitar o estabelecimento de laços estáveis de dependência pessoal entre o patronato rural e o semiproletariado rural. Esses laços pessoais de dependência são uma sobrevivência do direito feudal, incompatíveis com o direito capitalista que, com o aparecimento do empresariado capitalista rural, começa a ter vigência, pelo menos em parte.

Isso não quer dizer que o direito feudal fique inteiramente banido, visto como o Art. 38 prevê a vigência da legislação trabalhista ordinária que, àquele tempo, mais do que hoje, tinha fortes sobrevivências corporativas. Essas sobrevivências são menores hoje do que àquele tempo. Com a legislação ditatorial substituindo a estabilidade por tempo de serviço pela indenização por tempo de serviço, os laços de dependência pessoal entre o patronato e o proletariado ficaram muito reduzidos.

Esse problema de destinação do tempo de trabalho da família semiproletária agrícola, se alguma coisa mudou, de 1962 para cá, foi seu agravamento. Chegou aos nossos dias sob a forma dramática da questão do trabalhador

volante ou "bóia-fria". Espontaneamente estão sendo criadas aldeias de bóias-frias, às quais se deve aplicar o direito *ejidal* mexicano.

A solução desses problemas se reveste hoje de capital importância, porque interessa ao desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo agrícola e, por isso mesmo, da classe dos fazendeiros capitalistas, que deverá emergir como uma das classes dirigentes do país, na nova dualidade, em substituição ao latifúndio feudal, que esgotou obviamente sua missão. Assim como, há meio século, sem o direito corporativo codificado na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o capitalismo industrial brasileiro não se teria podido desenvolver, sem uma solução racional para o problema do bóia-fria, possibilitando à família volante um emprego produtivo para o tempo deixado livre pela fazenda capitalista, a economia desta continuará precária.

Dia virá em que esse modo de produção estruturado na fazenda capitalista terá que ceder o passo a algo de mais progressista ainda, mas esse novo esquema será ou a fazenda coletiva, ou a fazenda do Estado, nunca o retorno à pequena produção familiar de mercadorias, como teria resultado se nós, os revolucionários da década de 1930, nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, tivéssemos podido impor nosso ponto de vista de então.